

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano IX • Número 68



Inaugurada a “Casa dos Municípios”

**Entrevista
Especial:**

**Desembargador
Paulo Dimas
Mascaretti**



**ISS:
Assembleia
muda lei
para facilitar
o controle**



**Municipalismo
agora faz
parte do
Estatuto
do PTB**






VESTIBULAR FATECS 2018

FACULDADES DE TECNOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

INSCRIÇÕES ABERTAS

DE 7/11 ATÉ 7/12 ATÉ AS 15H





As Fatecs são uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para oferecer graduação tecnológica de alto padrão e acessível a todos os jovens paulistas. São 73 cursos em 68 unidades espalhadas por todo o estado. E o melhor: é tudo de graça. Inscreva-se agora e garanta seu espaço no mercado de trabalho.

Para saber mais, acesse
www.vestibularfatec.com.br
ou ligue
(11) 3471-4103
(capital e Grande SP)
e **0800 596 9696**
(demais localidades).





Sumário

05 Editorial

A “Casa dos Municípios”

06 Entrevista

Paulo Dimas Mascaretti

08 Giro Municipal

10 Matéria de Capa

Festa Municipalista na inauguração da nova sede da APM

20 APM pede e Assembleia muda lei para facilitar o recebimento do ISS

22 PTB altera seu Estatuto Nacional e inclui luta pelo municipalismo

26 Mais 31 cidades aprovadas como Municípios de Interesse Turístico

32 Espaço TRE - SP

Lei das Eleições completa 20 anos com novas alterações

33 Artigos

40 Espaço TCE-SP

É melhor prevenir que remediar

41 Espaço IBGE

“PIB Verde”: patrimônio ecológico do Brasil será calculado pelo IBGE

44 Espaço IPT

Erosões: Gestão e estabilização/recuperação

48 Espaço “Mulheres em destaque”

49 Municípios Aniversariantes

Outubro-Novembro

54 Dia-a-dia

O italiano que mudou de rumo

PRESIDENTE DA APM

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1º Vice-Presidente: MARCELO FORTES BARBIERI

Prefeito de Araraquara (2009 a 2012 e 2013 a 2016)

2º Vice-Presidente: EUGÊNIO JOSÉ ZULIANI

Prefeito e Vereador de Olímpia (2009 a 2016 e 2001 a 2008)

3º Vice-Presidente: SILAS BORTOLOSSO

Prefeito de Osasco (1997 a 2000)

4º Vice-Presidente: MARILENE MARIOTTONI

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

SECRETÁRIO GERAL

ANTONIO CESAR GONTIJO DE ABREU

Vereador de Barretos (1992 a 1996)

1º Secretário: SEBASTIÃO MISIARA

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

2º Secretário: DIXON RONAN CARVALHO

Prefeito de Paulínia (2017 a 2020)

3º Secretário: DANIELA DE CÁSSIA SANTOS

Prefeita de Monteiro Lobato (2013 a 2016 e 2017 a 2020)

TESOUREIRO GERAL

JOÃO EMILIO BUZZO

Prefeito de Mendonça (1989 a 1992 e 1997 a 2000)

1º Tesoureiro: MODESTO SALVIATTO FILHO

Prefeito e Vereador de Brotas (2017 a 2020 e 2001 a 2004 a 2016)

2º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA

Prefeito de Regente Feijó (2000 a 2008/2013 a 2016/2017 a 2020)

3º Tesoureiro: PAULO SÉRGIO ALVES

Vereador de Vera Cruz (1997 a 2000)

CONSELHO FISCAL

MARCO ANTONIO CITADINI

Prefeito e Vice-Prefeito de Capão Bonito (2009 a 2016 e 2017 a 2020)

OSCAR GOZZI

Prefeito de Tarumã (2017 a 2020)

THIAGO DE MORAES FERRARI

Vereador de Campinas (2009 a 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

JOSÉ LUIZ RODRIGUES

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA

Prefeito de Espírito Santo do Pinhal (2013 a 2016)

SIGEFREDO GRISO

Prefeito e Vice-Prefeito de Jau (1989 a 1992 / 2013 a 2016)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: ITAMAR BORGES

Prefeito de Santa Fé do Sul (1993 a 1996 / 2001 a 2004 e 2005 a 2008)

Vice-Presidente: WALTER CAVEANHA

Prefeito de Mogi Guaçu (1977 a 1982 / 1989 a 1992 / 1997 a 2000 / 2013 a 2016 e 2017 a 2020)

Secretário: MARCO ERNANE HYSSA LUIZ

Prefeito de Altinópolis (2009 a 2016)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: AQUEVIRQUE ANTONIO NHOLLA

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 / 1983 a 1992 e 2017 a 2020)

Vice-Presidente: FREDERICO GUIDONI SCARANELLO

Prefeito de Campos do Jordão (2013 a 2016 e 2017 a 2020)

Secretário: LUIZ SOUTO MADUREIRA

Vice-Prefeito de Tietê (1988 a 1992)

RELAÇÕES PÚBLICAS

Dalva Christofolletti Paes da Silva

A “CASA DOS MUNICÍPIOS”

A inauguração da “Casa dos Municípios” foi um sucesso. Tivemos a participação de autoridades como o Governador Geraldo Alckmin; o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Dimas Mascaretti; o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Cauê Macris; a Senadora Marta Suplicy, o Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Renato Martins Costa, Secretários de Estado, Deputados Federais e Estaduais e mais de uma centena de Prefeitos, além de Vice Prefeitos, Vereadores e lideranças da Capital e do interior. Reiteramos durante a solenidade aquilo que todos já sabem: a “Casa dos Municípios” foi concebida para ser o espaço de todos os municipalistas na Capital. Um local confortável e dotado de estrutura e tecnologia de ponta para que os Prefeitos, vices, vereadores e gestores municipais possam trabalhar, quando estiverem em São Paulo. Destacamos também a entrevista feita com o Desembargador Paulo Dimas Mascaretti, Presidente do Tribunal de Justiça, que nos mostra os rumos do judiciário na busca de modernização, agilizando para melhor atender os cidadãos. Luzes também para a iniciativa do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, que está promovendo



Carlos Cruz
Presidente da APM

uma reforma em seus Estatutos, inserindo o Municipalismo como bandeira de luta e, dessa forma, dando o destaque necessário que este tema merece no cenário político brasileiro.

Fazemos também um alerta aos prefeitos para as providências visando receber o ISS relativo às operações de cartões de crédito/débito a partir do ano que vem e que exigem providências com aprovação de leis específicas nas Câmaras Municipais. Se perderem o prazo este ano, não poderão ter esse reforço de caixa em 2018, que conquistamos com muita luta e dificuldade.

Enfim, caros amigos, estamos com uma edição repleta de novidades e informações e, o principal, cheio de projetos para continuarmos prestando os melhores serviços aos nossos associados, razão maior e objetivo último da APM.

**REVISTA MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO**

SETEMBRO/OUTUBRO 2017

EDITOR E JORNALISTA

RESPONSÁVEL

Flávio Lamas

REPORTAGENS

Patrícia Penzin

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula Moraes

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora

www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e

números atrasados:

(11) 2165-9999

apaulista@paulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,

sugestões, críticas e release:

imprensa@paulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775

ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



Agora a fila é no sistema

Até um passado recente, a Justiça tinha um grande problema – a demora no andamento dos processos, com as pilhas e pilhas de volumes de processos esperando para serem analisados pelos magistrados ou aguardando manifestação das partes. Hoje a fila de amontoado de papéis não existe mais. Foi substituída por outra, a fila etérea do sistema, a invisível fila que trafega pela internet e permite imensas vantagens como, minutos após um juiz liberar o pagamento de contas, o valor cair na conta do beneficiário. Esta é a realidade de hoje no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o maior do mundo em volume de processos, cujo presidente, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, está terminando seu mandato. “O avanço em tecnologia foi extraordinário”, diz ele, paulistano de uma família de Bragança Paulista, formado em Direito pela USP, em 1977 e que seis anos depois ingressou na magistratura como juiz substituto da 1ª Circunscrição Judiciária, em Santos. Atuou também nas comarcas de São Luiz do Paraitinga, Itanhaém e São Paulo. Assumiu o cargo de desembargador do TJSP em 2005. Foi eleito para integrar o Órgão Especial em 2012 e reeleito em 2014. O desembargador Paulo Dimas Mascaretti é o entrevistado especial desta edição.

O Tribunal de Justiça de São Paulo é um desafio?

O Tribunal de São Paulo reúne 360 desembargadores, 2 mil juízes e 43 mil servidores, espalhados por mais de 700 prédios em 319 comarcas. Tem sob sua responsabilidade mais de 18 milhões de processos e recebe cerca de 20% das novas ações ajuizadas em todo país. Em momento especialmente grave da economia nacional, administrar uma instituição com estas dimensões ganhou contornos ainda mais desafiadores.

Numa época de crise, é preciso levar em consideração a falta de recursos.

Restrições orçamentárias exigiram redução de custos operacionais, limitando novas contratações e invia-

bilizando a adoção do tradicional modelo de ampliação de recursos para fazer frente à contínua expansão da demanda. Houve necessidade de buscar soluções novas e criativas, concebidas e executadas com a união de esforços de todos os nossos magistrados e servidores.

Qual o balanço que o senhor faz da sua gestão?

Procuramos reunir experiências e sugestões trazidas por magistrados, servidores, advogados, procuradores, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como dos jurisdicionados. Os resultados desse diálogo foram animadores: conseguimos adotar novas práticas de governança e gestão; alcançamos a integração com outros órgãos da Administração, reduzindo o tempo de tramitação dos feitos; valorizamos e capacitamos magistrados e servidores; aprimoramos o sistema informatizado, adequamos as estruturas físicas de inúmeros fóruns.

Estas melhorias foram traduzidas em sensível aumento de produtividade, apresentando o TJSP recordes históricos de produtividade.

Em poucos anos, o TJ informatizou procedimentos e agilizou o andamento da Justiça. O que o senhor vislumbra ainda pela frente nesse sentido?

Realmente, o avanço em tecnologia foi extraordinário. No começo dos anos 2000, a informatização era incipiente. Os ofícios e varas judiciais tinham alguns computadores, mas a máquina de escrever ainda era equipamento de uso corrente e todos os processos tramitam em papel. Menos de duas décadas depois, todas as novas ações que ingressam no Judiciário são digitais. Rotinas cartorárias – como distribuição ou juntada de petições – estão automatizadas, liberando os servidores para outras atividades mais complexas. Os processos

podem ser consultados, em sua integralidade, de qualquer lugar, pela internet. Nos próximos dias, estaremos lançando o TJ Mobile, aplicativo que permite a realização da consulta processual pelo celular.

E o desenvolvimento tecnológico caminha a passos largos. Já iniciamos estudos para introdução da inteligência artificial em nossa rotina, como instrumento de realização e análise de diagnósticos prospectivos de flutuação de demanda para orientar futuras ações de gestão – criação de varas, alocação de recursos etc.

O TJ está implantando os Cartórios do Futuro. O projeto-piloto de Santos deu os resultados esperados? Em quanto tempo é a previsão de 100% em todo o Estado?

A Unidade de Processamento Judicial (UPJ), conhecida como “Cartório do Futuro”, é uma inovação do TJSP para adequar os ofícios judiciais à realidade de trabalho resultante da implantação do processo digital. Além de unificar os cartórios, a UPJ adota uma nova divisão de tarefas e melhor distribuição dos recursos humanos e do espaço físico. Os resultados são compensadores: as primeiras UPJs instaladas em 2015, no Fórum João Mendes Júnior, indicam um aumento de produtividade de até 60% em comparação ao modelo tradicional de ofícios judiciais.

Nos anos de 2016 e 2017 procuramos multiplicar esta experiência de sucesso, implantando outras 10 UPJs em diversos pontos do Estado.

Acreditamos que, a partir destas experiências iniciais, a implantação de novos Cartórios do Futuro irá se expandir de forma acelerada.

No Estado de São Paulo são cerca de 300 comarcas para 645 municípios. O senhor vê necessidade de criação de novas comarcas?

A existência de estruturas judiciais depende dos níveis de demanda apresentado por cada localidade. Por esta razão, procuramos acompanhar os números de distribuição de novas ações em cada comarca e verificar suas especificidades.

Nesta análise, o diálogo contínuo com os prefeitos assume especial relevância, uma vez podem acrescentar ao conhecimento estatístico da Presidência do Tribunal, informações específicas sobre as dificuldades e anseios de seus municípios.

O relacionamento dos gestores municipais com o TJ é melhor hoje? Qual é o principal problema hoje entre a Justiça e as Prefeituras e Câmaras Municipais?

A manutenção de relacionamento de respeito e trabalho conjunto entre os Poderes do estado em prol do bem comum é dever de todos nós que desempenhamos alguma função na administração pública.

O relacionamento do TJSP com as Prefeituras paulistas segue esta orientação. Nosso diálogo tem sido contínuo, sempre buscando as melhores soluções para atender as necessidades da sociedade local.

Atualmente, Judiciário e Prefeituras enfrentam o mesmo problema: encontrar soluções para, superando dificuldades orçamentárias, atender a todas as exigências que lhes são encaminhadas.

Na inauguração da Casa dos Municípios, a nova sede da APM em São Paulo, o senhor foi disputado para fotos com prefeitos, vereadores. A carreira política está em seus planos futuros?

Sou magistrado e, ao término de meu mandato na Presidência do TJSP, volto a ocupar minha cadeira de desembargador na 8ª Câmara de Direito Público.

Cuidar dos assuntos públicos é função das mais belas e, aos políticos, rendo minhas homenagens.



Mauá

Poupatempo Animal

A cidade de Mauá criou o serviço Poupatempo Animal, que funciona com uma unidade móvel para atendimento veterinário de baixa complexidade e roda pelos bairros para atender a demanda de animais de famílias carentes. A ação faz parte da política de Defesa e Proteção Animal. O Poupatempo Animal fica uma semana em cada bairro da cidade e aos sábados, a van atende feiras livres, onde há maior demanda popular. “Amor com amor se paga. E em Mauá temos mostrado isso diariamente”, afirma o prefeito Atila Jacomussi.

Duartina

Inventário da arborização

Atendendo a uma das diretrizes do Programa Município Verde Azul, Duartina fez um inventário qualitativo da arborização urbana. O estudo teve como objetivos apresentar diagnósticos desta arborização como o conhecimento do patrimônio arbóreo, identificação de necessidades de manejo, localização de áreas para plantio e análise dos dados qualitativos e quantitativos coletados. Foram catalogadas 4.150 árvores, distribuídas em 114 espécies, subdivididas em 49 famílias pelas ruas e avenidas da cidade.

Monteiro Lobato

Inaugurada nova creche

Foi inaugurada a Creche Escola Narizinho Arrebitado no Reino das Águas Claras, em parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Serão cinco turmas, sendo berçários, pré 1, 2 e 3, e de acordo com a prefeita Daniela de Cássia Brito, cerca de 100 crianças de zero a cinco anos vão estudar no local. O evento contou com a presença do secretário estadual da Educação, José Renato Nalini e do presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, João Cury Neto.

A inauguração da Casa dos Municípios, a nova sede da APM em São Paulo, é uma ótima notícia para os prefeitos, vereadores e gestores públicos de todo o Estado. Com suas amplas instalações, nossa Casa está preparada para ser o gabinete em São Paulo, o local em que poderá agendar reuniões, utilizar uma ampla estrutura para ajudar nos assuntos de interesse dos municípios. O sucesso da inauguração já mostrou que os companheiros estão conscientes da importância da Casa dos Municípios. Afinal, tivemos quase uma centena de prefeitos, além de dezenas de deputados, vereadores e autoridades. Mas faço questão de ressaltar um detalhe fundamental: o local em si nunca será nada se não fizemos dele o elo de ligação e o ponto de apoio para nossas cidades do interior na Capital paulista. Estamos aqui para fortalecer o municipalismo – esperamos por vocês!

Avai

Tradições indígenas

A cidade de Avai preserva a Reserva Indígena de Araribá, mantendo vivas as tradições locais. Formada por quatro aldeias – Aldeia Kopenoti e Aldeia Ekeruá com etnia predominante terena; a Aldeia Nimuendaju, predominante a etnia guarani; e a Aldeia Tereguá, com predominância as etnias terena e guarani – a Reserva valoriza apresentações de cânticos e do artesanato, a celebração da cultura indígena e a preocupação com o meio ambiente. Um ótimo exemplo com uma marca única para levar Avai a ser muito visitada.

Itupeva

Padroeira do Brasil

Centenas de pessoas participaram do 33º Passeio da Gruta em ato de fé ao templo religioso que também tem sua história de devoção à Padroeira do Brasil, N. Sra. Aparecida, cuja imagem está completando 300 anos desde que foi encontrada. Itupeva, por sua vez, está comemorando 50 anos de adoração à santa, na capela da Gruta. Ciclistas e pedestres percorreram uma caminhada de 13 Km até a Gruta do Quilombo.

Teodoro Sampaio

Entre os melhores

O prefeito César Herling participou da cerimônia de lançamento do IEG-M (Índice de Efetividade da Gestão Municipal) de 2017 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Seu município está entre as 4 melhores administrações na região, com nota B+, que representa o índice de cidade com uma gestão muito efetiva geral, que inclui o setor de saúde e educação. Na avaliação nenhuma cidade da região alcançou a nota máxima A.

Porto Ferreira

Capital Nacional da Cerâmica

O presidente Michel Temer sancionou projeto de lei que confere o título de Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração ao município de Porto Ferreira, no gabinete da Presidência da República, no Palácio do Planalto, em Brasília, dia 16 de outubro, com a presença do prefeito Rômulo Rippa. O título complementa as ações que estão sendo tomadas pelo atual prefeito para alavancar o turismo de negócios e transformar Porto Ferreira em município de reconhecido potencial turístico.



Peruíbe

Qualificação profissional

Peruíbe informa que estará recebendo o Via Rápida Emprego, programa da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, trazendo um curso de qualificação profissional para o desenvolvimento das principais atividades de pintor de obras. Com isso, o profissional poderá realizar trabalhos de preparação e acabamento de superfícies imobiliárias, utilizando diferentes produtos, equipamentos, utensílios e ferramentas. Os interessados já podem fazer as inscrições no www.viarapida.sp.gov.br

Iguape

Visita ao quilombo

A Prefeitura da cidade, junto com Etec Agrícola de Iguape, a convite do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, realizou uma visita ao Quilombo Aldeia, localizado às margens do rio Una da Aldeia, que faz divisa com a Estação Ecológica da Jureia. Fundado em 2010, o Quilombo de aproximadamente 7.350 hectares do município de Iguape, e começou a se organizar para investir em turismo de base comunitária, uma iniciativa onde os próprios moradores locais se colocam como monitores para apresentar o lugar ao visitante.

Nova Granada

Brinquedos para terapia

Chegou há poucos dias o material para desenvolvimento de terapias fonoaudiológicas no Centro de Saúde de Nova Granada. São brinquedos lúdicos que visam fomentar o desenvolvimento das crianças com alguma dificuldade. Com esses brinquedos a criança pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação e a imaginação. Além de estimular a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção.

Pedra Bela

Bolsas de estudo

A Prefeitura de Pedra Bela firmou um convênio com a FAAT Faculdades, que prevê bolsas parciais em cursos de graduação e pós-graduação. A parceria prevê bolsas de 20% nos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção, Jornalismo e Publicidade e Propaganda, além de bolsas de 30% em todos os cursos de pós-graduação. Além disso, todos os moradores de Pedra Bela contam com desconto de auxílio transporte da FAAT de 20% (qualquer curso) e com auxílio transporte oferecido pela Prefeitura, no valor de R\$ 180,00.

Barão de Antonina

Leilão de veículos

A administração municipal de Barão de Antonina encontrou uma forma de melhorar o caixa nessa época de dificuldade financeira: realizará um leilão de veículos, máquinas e equipamentos, nos termos da Lei Municipal nº 798/2017. Os interessados poderão realizar vistoria nos objetos na Garagem Municipal. Esta atitude é elogiável porque pensa na sustentabilidade, e ainda gera uma renda importante para a Prefeitura.

Araras

IPTU Sustentável

A cidade de Araras está implantando uma novidade. É o IPTU Sustentável, em que a Prefeitura dá descontos no pagamento do imposto se o morador optar por valorizar a sustentabilidade em seu imóvel. Por exemplo, plantando árvores, mantendo áreas com cobertura vegetal que permita a absorção de chuva, para quem tenha aquecimento solar ou sistema de captação e reuso de água de chuva. O gestor público que quiser maiores informações pode entrar no site da Prefeitura de Araras e lá encontrará o modelo de Decreto para servir de base à criação de leis específicas.

Itajobi

Prevenção ao Aedes

Quase todas as cidades estão atentas, mas é um tema importante para ser sempre lembrado. A equipe municipal de combate a endemias de Itajobi alerta a população quanto ao alto risco da proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya. Por conta do perigo a equipe pede aos moradores que estejam atentos quanto aos cuidados contra a Dengue e recomenda que verifiquem sempre seus quintais, não deixando água parada e eliminando objetos que possam reter água parada.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br



Festa municipalista na inauguração da nova sede da APM



Por Flávio Lamas

Uma tarde de festa para o municipalismo paulista. Esta é a definição para a inauguração da nova sede da Associação Paulista de Municípios (APM) na tarde do dia 26 de outubro, com a presença das principais autoridades do Estado de São Paulo, entre as quais o governador Geraldo Alckmin, o presidente da Assembleia Legislativa, Cauê Macris, o presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Dimas Mascaretti, senadora Marta Suplicy, vice-presidente do Tribunal de Contas, desembargador Renato Martins Costa, presidentes de partidos, deputados federais, deputados estaduais, secretários de Estado, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e gestores públicos. Mais de 500 autoridades lotaram as novas instalações, na rua Araçari, 125, no Itaim Bibi.

Exatamente às 19h03, ao término do discurso do governador Alckmin, o presidente da APM, Carlos Cruz, declarou oficialmente inaugurada a “embaixada” dos municípios na Capital paulista, um amplo imóvel com dependências que permitirão aos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e gestores públicos terem à sua disposição em São Paulo uma estrutura completa para ajuda-los.



Além do motivo principal – a inauguração – as autoridades centraram seus discursos na necessidade de mudança de rota na política brasileira para inverter o eixo que parte dos municípios para Brasília. “Menos Brasília e mais Brasil”, pediu o governador Geraldo Alckmin, encampando as teses municipalistas que pedem uma divisão mais justa de tributos para atender aos municípios. Ou, neste primeiro, lutarem por recursos a que tem direito sem necessidade de pires na mão em busca de migalhas, conforme ressaltou o deputado federal Herculano Passos, coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios.

Já o presidente da Assembleia Legislativa, Cauê Macris, lembrou que a velocidade das informações é muito dura com os prefeitos. “Antes as críticas vinham no jornal do dia seguinte. Hoje na velocidade da informática as críticas chegam muito rápido”, disse.

Mas nem só de cobranças e lamúrias vivem os prefeitos e isso ficou claro na inauguração. O presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Jonas Donizetti, prefeito de Campinas, ressaltou que se para prefeitos fosse necessário apenas competência, bastaria fazer um concurso. “Prefeitos são feitos de sentimentos”, disse ele. O desembargador Paulo Dimas Mascaretti, presidente do Tribunal de Justiça, foi mais longe e conclamou os prefeitos a “voarem nas asas dos sonhos dos nossos ideais”.

O presidente Cruz marcou a posição da APM, anunciando que abrirá espaço no Congresso de Municípios de 2018 para todos os candidatos. E frisou: “Esse modelo de governo de São Paulo nós queremos levar para Brasília e nosso modelo e nossa régua é o modelo de São Paulo e a régua de Geraldo Alckmin para a presidência da República do Brasil”.



Cruz: “Casa dos Municípios” é a sede dos prefeitos

O presidente da APM, Carlos Cruz, abriu os discursos fazendo uma homenagem especial a várias autoridades e aos colaboradores que permitiram a execução do novo espaço da sede da APM, para garantir a estrutura necessária aos prefeitos, vereadores e gestores públicos quando estiverem na Capital:

— Este ato de hoje faz parte de uma ação estratégica que elaboramos para a APM. O primeiro ato foi nossa posse, da nossa Diretoria, para a qual o governador Geraldo Alckmin cedeu o salão principal no Palácio dos Bandeirantes, numa cerimônia inesquecível. A segunda ação estratégica foi nosso Congresso dos Municípios, em Campos do Jordão, em que cumprimos todos nossos objetivos. O ato seguinte é a inauguração da nova sede, com a presença do governador, do presidente da Assembleia legislativa, do presidente do Tribunal de Justiça, do presidente do Tribunal de Contas e de todas essas autoridades.

Cruz explicou o conceito do papel da nova sede da APM:

— Vamos fazer da “Casa dos Municípios” a casa e a rota dos prefeitos do Estado de São Paulo quando estiverem na capital. Temos 645 prefeitos, mas um só em São Paulo. Os outros 644 não são daqui, mas agora têm aqui um endereço para fazer reuniões, compromissos, tudo. Prefeitos, vereadores e gestores municipais, usem a nossa casa.

O tom, depois disso, trilhou por um viés político, pensando nas eleições de 2018 e destacou o papel que o Congresso dos Municípios da APM terá no contato com candidatos:

— Vamos assumir por inteiro nossa responsabilidade no ano que vem. Ano que vem o povo brasileiro não fará reuniões e nem fará análises porque sabe que no dia 7 de outubro vai escrever o futuro do país. Vamos viver uma verdadeira catarse do povo brasileiro para chegar nas urnas deci-



didos. Nesse sentido nosso Congresso, de 2 a 7 de abril, em Santos, será palanque para todos os candidatos a presidente da República que queiram usar nossos microfones para transmitirem suas mensagens. E daremos liberdade para todos os seguidores de todos os candidatos para manifestarem suas preferências. Daremos palanque para todos os candidatos a governador do Estado de São Paulo, para que nossa classe política também possa chegar ao seu eleitor. E assim também faremos com os candidatos ao Senado. Todos poderão manifestar livremente seu conceito, pois a filosofia municipalista é suprapartidária. Este palanque, esta casa estas pessoas aqui, são tão heterogêneas e ecumênicas que só o municipalismo permite, com todos irmanados no sentimento municipalista.

Mas, ainda que abrindo espaço democrático para a manifestação de todos os candidatos, Cruz se posicionou quanto à disputa pela Presidência da República:

— Se vamos dar palanque a todos, nós também vamos manifestar claramente as nossas convicções, para que não parem dúvidas. E quando falarmos de nossas convicções no Congresso dos Municípios, queremos dizer do orgulho que São Paulo

tem pelas escolhas que fez nos últimos 25 anos. São Paulo é feliz com seus governantes porque foi feliz nas escolhas, soube escolher e soube dar sustentação política para eles. Vamos falar claramente que São Paulo tem um modelo para apresentar para o Brasil. Enquanto outros estados sofrem, São Paulo tem suas contas em dia e, às vezes, quando a curva de arrecadação cai, o governador cuida para que a curva de gastos caia também. Temos nossas contas em dia. O funcionalismo recebe em dia e temos uma capacidade invejável de investimento. Além disso temos o governador numa peregrinação por todo o Estado, inaugurando obras ou lançando pedra fundamental em todas as cidades. Esse modelo de São Paulo nós queremos levar para Brasília e nosso modelo e nossa régua é o modelo de São Paulo e a régua de Geraldo Alckmin para a presidência da República do Brasil. Governador, quando formos apoiar o senhor e chegar o momento, estaremos todos preparados para isso. Teremos na ponta da língua as palavras que estão incrustadas no brasão das armas de São Paulo: com Geraldo Alckmin Pro Brasilia. Fiant Eximia. Com Geraldo Alckmin, pelo Brasil, faça-se o melhor.



Gilvan defende o fortalecimento do municipalismo

Representando os estados da federação, o presidente da Associação Mineira de Municípios, prefeito de Moema (MG), Gilvan Lacerda, fez um discurso defendendo o fortalecimento do municipalismo:

– Em Minas Gerais estamos adotando duas vertentes. O que nos afeta de dentro pra fora, falta de capacitação de gestores locais e outra o que nos afeta de fora pra dentro, a disfunção federativa e a concentração de poder da união. Por isso precisamos combater com articulação institucional e fortalecimento do movimento municipalista, com a Confederação Nacional dos Municípios.

E comentou sobre a situação polí-



tica de Minas Gerais, diferente de São Paulo, onde o governo do Estado não tem feito uma boa gestão, conforme sua avaliação:

– Infelizmente não posso falar do meu estado as mesmas coisas que o amigo Carlos Cruz falou sobre São Paulo. Em Minas estamos com transporte escolar atrasado, repasse da saúde atrasado e até ICMS o governo do estado está “mordendo” pra fazer não sei o que. Também salário dos servidores atrasados, tudo isso inviabilizando nossa gestão nas cidades por falta de dinheiro. Lá são 853 municípios, 70% com menos de 12 mil habitantes. Parabéns São Paulo pelo governo que tem e que o Brasil há de seguir.

Cauê Macris: “As cobranças agora são rápidas”

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Cauê Macris, reafirmou o compromisso dos deputados com o municipalismo, mas lembrou que a realidade agora é diferente e as cobranças acontecem na velocidade da internet.

– Estamos vivendo um mundo de constantes transformações. Muitas vezes, a um tempo atrás, os prefeitos se preocupavam apenas com o que saía nos jornais do dia seguinte. Hoje estamos vivendo a era da tecnologia, da informação, onde as coisas acontecem muito rápido, as críticas por parte da sociedade são rápidas. Hoje a população pulsa a política por conta inclusive de muitos que assumiram seus mandatos e ao invés de atuar para o que foram eleitos, atuam pensando em si próprios.

Por isso, o deputado Cauê Macris vê grande importância no papel da APM:

– Diante desta nova realidade, é importante a atuação da APM, que muitas vezes supre as necessidades de um pequeno município, que muitas vezes não tem uma estrutura para discutir as políticas públicas neces-

sárias e os investimentos que são tão necessários. Nós temos feito no Legislativo de São Paulo a nossa parte, como quando do apelo do presidente Carlos Cruz para que pudéssemos votar rapidamente o Refis, o projeto para poder melhorar a arrecadação do Estado de São Paulo. Votamos em tempo recorde. Quando recebemos a conclamação para votar o projeto de Municípios de Interesse Turístico, que tantos prefeitos precisam, mudamos a legislação do Estado de São Paulo de maneira recorde também. E foi assim também quando o presidente Carlos Cruz procurou o Legislativo para discutir uma PEC aprovada pelo Rio de Janeiro, para dar segurança aos prefeitos na questão do ISS do cartão de crédito/debito, visando a transferência de informações de relatórios com valores do governo federal para os municípios.

A preocupação da Assembleia Legislativa, segundo o presidente Cauê Macris, é que os deputados sejam parceiros das cidades:

– Quando cada deputado conver-



sa com os prefeitos e leva as necessidades em forma de emendas parlamentares, a Assembleia legislativa tem sido parceira do municipalismo e vamos continuar a ser. Tenho certeza que com essa nova Casa muda-se o paradigma e vocês vão ter o protagonismo que os prefeitos precisam, com o apoio da APM, como os vereadores têm com a Uvesp. Podem ter certeza, o legislativo é parceiro das cidades.

Jonas Donizetti: “Prefeito é feito de sentimento”

O prefeito de Campinas, Jonas Donizetti, presidente da Frente Nacional de Prefeitos, lembrou que para ser prefeito não basta ter qualificação. “Prefeito é feito de sentimento”, disse ele, que também ressaltou a importância do governador Geraldo Alckmin no cenário nacional com as eleições presidenciais do ano que vem.

Jonas Donizetti começou seu discurso elogiando as novas instalações da sede da APM:

– Na inauguração da nova sede da APM, quero falar do presidente Carlos Cruz. Carlos foi vereador em Campinas, presidente da Câmara, trouxe um novo tempo para o Legislativo, foi vice-prefeito, assumiu a prefeitura de Campinas por algumas oportunidades. E nessa nova missão, eu tinha certeza que ele iria fazer a diferença, como em todas as missões que abraçou em sua vida. É uma alegria ver um contrerrâneo assumindo a APM e dando continuidade ao trabalho que vem desde 1948, com toda essa tradição no contexto político de São Paulo e do Brasil.

O prefeito Jonas Donizetti lembrou a presença de autoridades de todos os níveis para mostrar a importância da APM e destacou a importância dos prefeitos:

– Conversando com alguns prefeitos, falei sobre qualificação. Mas falei que não é só isso que faz um prefeito. Senão bastaria um concurso público, não seria necessário fazer uma eleição. Prefeito é feito de sentimento. De emoção. De ter a mesma sensibilidade que o seu povo tem. E, muitas vezes, diante do impossível, apontar caminhos de esperança. Na hora da necessidade, do apuro, a presença faz toda a diferença. Diante das circunstâncias que nós vivemos, muitas vezes passa em nossa cabeça: o que eu vim fazer nessa prefeitura? Mas depois, o amor pela cidade, pela população, faz com que nossa esperança se revigore e continuemos nos debruçando sobre o trabalho pela população.

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos comentou o cenário político nacional:



– Governador Geraldo Alckmin, sua experiência de vida aponta que podemos ter esperança por dias melhores para o Brasil, seja pela experiência administrativa, desde vereador até o homem que mais vezes e mais tempo administrou o estado de São Paulo como governador.

Mascaretti: “Voando nos sonhos dos nossos ideais”

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas Mascaretti, transmitiu uma mensagem de otimismo em seu discurso:

– Sei das dificuldades que as administrações públicas enfrentam todos os dias. Hoje uma missão cada vez mais difícil, pois os recursos são mais escasso e é mais complicado administrar recursos públicos. Mas temos que continuar voando nas asas silenciosas dos nossos sonhos, dos nossos ideais. O nosso voo não pode ser solitário, temos de estar unidos e aqui na APM é um espaço de união, de pessoas que querem o bem público, o bem das suas comunidades. Comunidade está no município e é preciso ter grande atenção.



Ele comentou sobre o relacionamento do TJ com as administrações municipais:

– O TJ nesta gestão teve contato com muitos municípios, recebendo prefeitos, visitando cidades, procurando trabalhar dando às pessoas o que elas mais precisam: educação, saúde, e justiça. Sim, porque as pessoas também tem fome e sede de justiça. E nossa justiça às vezes falha, é tardia, mas precisamos trabalhar juntos em cada localidade.

No final de sua gestão como presidente do TJ, o desembargador Paulo Mascaretti disse que apesar das crises, acredita no futuro melhor:

– Acredito muito na política brasileira, na arte de dialogar, conversar e de promover o bem comum.



Marta Suplicy: Foco e lado são raridade na política

A senadora Marta Suplicy deu um destaque especial em seu discurso à “Casa dos Municípios” e, em especial, elogiou o presidente Carlos Cruz por ter demonstrado que tem foco e lado:

– É muito bom quando alguém lembra a importância de uma casa. Casa é aconchego, onde é bem recebido, onde tem espaço. Aqui é o exemplo de uma casa onde nos sentimos bem. Cruz, parabéns porque você tem foco e tem lado. Isso não está muito comum na política hoje.

Em seguida, dirigiu-se ao governador Alckmin:

– Quando eu chego a uma cidade, o senhor já esteve lá. Em outra, o senhor vai na semana que vem. O senhor está sempre presente. Fico



encantada com a presença. Sabemos que o momento está difícil, mas é preciso ter capacidade de ver as prioridades. E essa capacidade do senhor estar presente todo mundo reconhece.

A senadora transmitiu também uma novidade aos gestores municipais:

– Tenho uma ótima notícia para quem é prefeito e vereador. Aprovamos na Comissão de Justiça do Senado um projeto que permitirá que as emendas ao orçamento vão direto para as mãos dos prefeitos. Acabou a história de convênio. Chega de burocracia de papel pra lá e vai pra cá e não chega nunca o recurso. Emenda feita poderá ser usada para onde ela é destinada e onde será fiscalizada pelo legislativo das cidades. A boa notícia é que teremos menos burocracia.

Herculano Passos: “Não é preciso brigar por migalhas”

O deputado federal Herculano Passos, coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios, disse em seu discurso que é possível as prefeituras terem recursos sem abrir mão de seus direitos:

– A gente quando é vereador, foi prefeito e se torna deputado federal, tem compromisso com quem no Congresso Federal? A gente representa o município. Em parceria da nossa Frente Parlamentar com a Confederação Nacional dos Municípios, criamos uma emenda, para fazer o encontro de contas com o governo federal na questão do INSS. Os municípios pagaram a maior do INSS e muitos municípios devem ao governo federal. Então, nada mais justo que as cidades pagarem o saldo devedor.

Mas a realidade não é essa e o deputado explicou:

– Porém, o governo federal exige, para os municípios aderirem ao parcelamento das dívidas municipais com a federação, que abram mão das demandas judiciais, dos seus direitos. Por isso apresentamos uma

emenda de criar um Comitê Gestor, um órgão ligado ao Tribunal de Contas, para apurar o saldo devedor e definirem o que os municípios têm a pagar. Mas acontece que os municípios pequenos fazem um parcelamento e abrem mão do seu direito nessa conta para não ficarem negativados. E sabem quanto é esse valor? R\$ 40 bilhões. Os prefeitos vão em Brasília pedir esmola, com emendinha de R\$ 200 mil, R\$ 300 mil. E os deputados representam R\$ 700 milhões, representam muito pouco. Para vocês terem uma ideia, R\$ 40 bilhões é a diferença só nessa demanda.

O deputado Herculano Passos frisou que a Câmara dos Deputados aprovou, mas o presidente vetou:

– Não foi aceita essa emenda na Medida Provisória, mas conseguimos aprovar no plenário da Câmara. Porém, recebeu veto do presidente. Temos de trabalhar agora para derrubar o veto, como derrubamos o veto na questão do ISS dos cartões de crédito/débito/leasing.

E, finalizando, colocou-se à dis-



posição da APM:

– Presidente Carlos Cruz é um batalhador, está sempre presente, atuante e representa nosso Estado e nossos municípios. Parabéns pela nova sede da APM.



Governador Alckmin: “Menos Brasília e mais Brasil”

O governador Geraldo Alckmin fez um pronunciamento que demonstra sua preocupação com a política nacional. Mas, inicialmente, elogiou as novas instalações da APM e o papel que desempenhará como “Casa dos Municípios”:

– Quero dizer da minha alegria de estar nessa Casa, super bem instalada e bem localizada. O presidente Carlos Cruz advoga a melhor causa, a causa do povo, porque a “Casa dos Municípios” é a casa do povo. As pessoas moram nos municípios. Quando a gente defende o municipalismo e o federalismo, estamos defendendo dois valores, a descentralização e a participação. O Brasil é um país continental. Veja como a América Espanhola se dividiu em muitos países, mas a América Portuguesa permaneceu unida. O Brasil é um continente.

E criticou a centralização de poder em Brasília:

– O sistema unitário aqui não funciona, é preciso federalizar. Menos Brasília e mais Brasil. Descentralizar. De outro lado, é preciso participação, pois quem está mais perto erra menos, enxerga os problemas do povo.

O governador aproveitou para contar um caso, como sempre faz, para descontraír:



– Quando fui prefeito, tomava posse em 1 de fevereiro, não em 1 de janeiro, como hoje. E teve uma enchente em Pindamonhangaba no bairro Beira Rio, duas horas da madrugada. Eu ia sair pra ir lá e a minha esposa Lu falou: “Vou ficar sozinha?” Respondi: “Venha comigo então”. A Lu ainda questionou: “Mas você ir lá vai resolver?” Foi então que respondi: “Não, mas o que você enxerga, você busca uma solução”.

E lembrou o papel dos prefeitos:

– Tenho um grande respeito pelos prefeitos. Porque são os que estão mais perto da população. Esta é a coisa mais maravilhosa da vida pública. Não tem nada mais honroso, mais gratificante.

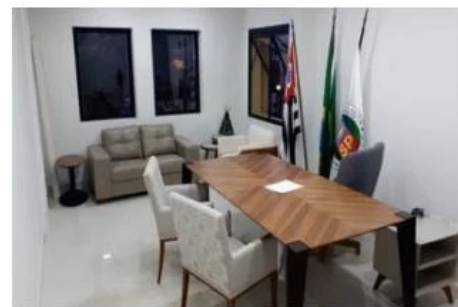
Mas fez uma ressalva:

– De outro lado, é uma dureza. Você está muito perto, é cobrado 24

horas e você ser prefeito na década de 70, quando eu fui, o Brasil crescia 12% ao ano. Era uma coisa, bem diferente de hoje. Nós tivemos uma crise que as pessoas não avaliam bem o que aconteceu. O Brasil perdeu em 3 anos quase 10% do PIB. E quando o PIB cai 3, a arrecadação cai 5. Os empresários pagam suas contas, funcionários e se sobrar dinheiro pagam imposto. A tarefa de ser prefeito não é fácil. E ser ex-prefeito é mais difícil ainda, porque são uns 15 anos de sequelas. Então não é uma coisa simples. Tenho um profundo respeito pelos prefeitos.

O governador lembrou sua gestão, em 2006 e aproveitou o clima para falar em tom de brincadeira:

– Na época visitava os municípios e tinha um mapa, onde eu anotava os locais que tinha ido. Mas faltaram uns 20 municípios e ao sair do governo perdi o mapa. Ai tive que começar do zero. Agora tinha completado 642 dos 645 municípios. Mas agora visitei Marinópolis e Dolcinópolis. Falta só Ribeirão Corrente. Quero lembrar também que assinamos convênio no Palácio dos Bandeirantes com 132 cidades, raspando o fundo do tacho para ajudar as prefeituras, para melhorar a arrecadação das cidades.



Parceiros possibilitaram nova sede sem gastos

Os parceiros da Associação Paulista de Municípios que possibilitaram a nova sede da APM foram lembrados durante a cerimônia de inauguração, dia 29 de outubro. Os palestrantes elogiaram as novas instalações, amplas, funcionais e bonitas, que permitirão atingir o objetivo de servir como “embaixada” dos municípios na Capital.

O presidente Carlos Cruz citou nominalmente cada um dos parceiros. “Graças a eles nossa nova sede é uma realidade sem que a APM tenha investido um centavo sequer”, frisou, agradecendo ao advogado José Marcelo Braga Nascimento, proprietário do imóvel. Braga Nascimento é um patriota, que fez e instalou todas as bandeiras da avenida Brasil e do Largo da Batata, na Capital, para promover o civismo.

Carlos Cruz lembrou como foi o contato com ele: “Numa conversa, o dr. Marcelo me falou que tinha uma casa muito maior que onde estava nossa sede anterior e se ofereceu para fazer todo o investimento, com reforma aluguel pela metade do preço de mercado”. Mas não foi só isso. Na casa, dr. Marcelo deu um toque especial, criando um painel grafitado com

o mapa do Estado de São Paulo em que destacou suas características regionais de sua força produtiva. “Este painel é uma obra de arte”, resumiu o presidente Cruz.

A segunda etapa da mudança agregou novos parceiros, conforme relembra o presidente da APM. “Só que a casa não estava mobiliada. E não tínhamos dinheiro para mobiliar. Por sugestão do prefeito de Campos do Jordão, meu amigo Fred, procurei a diretora de Relacionamento da Casa Cor, Cristina Ferraz, que me indicou a arquiteta Patrícia Hagobian, filha da dona da cadeia de móveis Dunelli. Conversamos, falei dos objetivos e ela veio conhecer o imóvel. Gostou tanto do ambiente que fez o projeto de decoração. E ela mesmo nos ajudou ao nos apresentar a fábrica Dunelli, da família

dela, que mobiliou tudo sem investimento nenhum”.

Em nome da Diretoria, a APM registrou agradecimentos ao sr. Eduardo Dunelli e esposa Fernanda, sua filha Fernanda Hagobian Santos e seu marido João Paulo dos Santos, por terem oferecido este mobiliário da nova sede, graciosamente.



Quem **compartilha**
o que **sabe**, muda
a **vida** de quem **aprende**.



Nossa homenagem a quem faz da EDUCAÇÃO um COMPROMISSO.

Tel.: (11) 3884.0680 | atendimento@etapapublico.com.br | www.etapa.com.br

MATERIAL DIDÁTICO

**SISTEMA
E T A P A
PÚBLICO**



APM pede e Assembleia muda lei para facilitar recebimento de ISS

A pedido da Associação Paulista de Municípios, está tramitando na Assembleia Legislativa de São Paulo a Proposta de Emenda à Constituição Nº 7 que permitirá ao governo do Estado repassar periodicamente aos municípios as informações da “Declaração de Operações com Cartões de Crédito - DECRED”, com os dados de gastos de débito/crédito em cada cidade. Com isso, os prefeitos poderão ter controle absoluto sobre os valores a que terão direito com a arrecadação que entrará em vigor a partir de janeiro. “Esta PEC é essencial”, explicou o presidente Carlos Cruz, em audiência com o presidente da Assembleia, Cauê Macris. Cruz estava acompanhado do prefeito de São João da Boa Vista, Vanderlei Borges de Carvalho, que alertou sobre a necessidade desta mudança na Constituição Estadual.

Em 30/05/17, o Congresso Nacional derrubou o veto parcial à Lei Complementar 157/16, que reformulou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Com a derrubada do Veto 52/2016, a cobrança do ISS será feita no município do domicílio dos clientes de cartões de crédito e débito, e não mais no município do estabelecimento que presta esses serviços, consagrando-se assim, o imposto devido, devolvido à cidade do tomador da operação.

Desde o ano de 2003 as administradoras de cartões de crédito enviam, semestralmente, para a Receita Federal toda a movimentação das pessoas físicas e jurídicas, realizadas através de cartão de crédito e de



débito. Esta, por sua vez, repassa ao Estado. As informações são transmitidas à Receita Federal em uma “Declaração de Operações com Cartões de Crédito - DECRED”, instituída pela Instrução Normativa SRF nº 341/03, as quais compreendem como pagamentos (despesas) e recebimentos (receitas) das pessoas físicas e jurídicas.

Para ter os efeitos esperados pela aprovação da LC 157/16, é necessário que o Estado formalize convênio com os municípios, a exemplo do Estado do Rio de Janeiro que, pela Emenda Constitucional nº 69/17, instituiu intercâmbio automático dessas operações, a fim de que os municípios tenham condições de aferirem as receitas. A PEC Nº 7 tem exatamente este objetivo, conforme ressaltou o deputado Campos Machado, autor da formalização do pedido de alteração

da Constituição Estadual. “Já está correndo pauta”, disse ele, o que significa que a tramitação está em andamento.

Atenção aos prazos

Um alerta importante aos prefeitos: está correndo o prazo para fazerem leis em cada município que permita o recebimento de ISS relativo às operações de crédito/débito ou planos de saúde. Antes, os valores iam todos para o município sede da empresa operadora, mas a partir de 2018 cada cidade receberá a parcela relativa ao que for gasto em cada localidade.

No entanto, os prefeitos terão obrigatoriamente que fazer leis municipais e sancioná-las antes de terminar o ano. Mas tem outro detalhe: esta lei somente entra em vigor depois de 90 dias. Então, quanto

mais tempo demorar para a aprovação legislativa, mais tarde entrará em vigor, gerando perda de receita.

A APM disponibiliza às prefeituras, em nosso site (www.apau-lista.org.br), modelos que podem ser utilizados se necessário. Ou então podem entrar em contato pelo telefone (11) 2165-9999 para tirar dúvidas.

PEC 07 em tramitação na Assembleia

Este é o texto da Proposta de Emenda à Constituição paulista.

Inclui parágrafos no artigo 162 da Constituição do Estado.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos do § 3º, do artigo 22, da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º - O artigo 162 da Cons-

tituição do Estado passa a vigorar acrescido dos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação: “Artigo 162 - ...

§ 1º - O Estado poderá firmar convênios com os municípios, incumbindo-os de prestar informações e coligir dados, em especial os relacionados com o trânsito de mercadorias ou produtos, com vista a resguardar o efetivo ingresso de tributos estaduais, nos quais tenham participação, assim como deverá informar às municipalidades, os dados das operações com cartões de crédito e outros, para fins de fiscalização e de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, como disposto no Código Tributário Nacional.

§ 2º - O fornecimento das informações disponíveis para os municí-



Carlos Cruz, presidente da APM e Vanderlei Borges de Carvalho, prefeito de São João da Boa Vista

pios se dará de forma continuada, por meio eletrônico, contendo o rol de todas as operações com cartões de crédito, de débito e outros, ocorridas em seus respectivos territórios, por administradora de cartões, na forma dos convênios”.

Artigo 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



CEAME
CENTRO DE ESTUDOS E APOIO
AOS MUNICÍPIOS E EMPRESAS

Fale Conosco

Endereço: Rua Teodoro Sampaio, 1020 - Cj 1009/1010
Centro Empresarial Pinheiros - Pinheiros / São Paulo - Brasil
Email: contato@ceame.com.br
Telefone: (11) 3063-5775

Acesse nossos canais

 www.ceame.com.br
 fb.com/ceame



PTB altera seu Estatuto nacional e inclui luta pelo municipalismo

Por Flávio Lamas

O comando nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) decidiu modificar seu estatuto para acrescentar o que considera uma das bandeiras prioritárias para o país: o municipalismo. “A única forma de salvar a democracia é o municipalismo”, resume o presidente nacional do partido, Roberto Jefferson, convencido de que é necessária uma mudança profunda na relação tripartite entre governo federal-estados-municípios. “Ou nós vamos fazer isso ou vamos ter a democracia sucumbindo, pois enquanto a União ficar com dois terços e tudo do que arrecada, é um peso muito poderoso contra o cidadão”, ressalta, ao fazer um alerta: “Essa bandeira tem que tomar conta do país inteiro”.

Desde o início deste ano de 2017, o PTB vem afirmando que a

defesa do municipalismo é o discurso de pacificação política e da justiça social no país. A defesa da legenda com o tema tem sido apresentada nas propagandas partidárias de rádio e televisão e nas redes sociais, assim como nos debates realizados com a sociedade civil pelos prefeitos, parlamentares, movimentos PTB Mulher e Juventude do PTB, lideranças e militantes petebistas. Dia 16 de novembro, em rede nacional de rádio e televisão, o PTB defenderá a importância do municipalismo.

Roberto Jefferson explica a mudança de conceito: “O PTB defende a causa municipalista porque acredita que, com municípios fortes, os mais de 207 milhões de brasileiros terão mais oportunidades e melhores condições de vida. O municipalismo é o caminho para o crescimento do Brasil”.

Ele ressalta que a família é a base da sociedade. “O conjunto de casas faz a rua. O conjunto de ruas faz o bairro. O conjunto de bairros faz a cidade. O conjunto de cidades faz o Estado. E o conjunto de Estados faz o Brasil. Portanto, o conjunto de famílias forma a nação, mas não é o Estado que gerencia as famílias. As famílias é que gerenciam o Estado”, analisa.

Mas na prática, qual a fórmula para transformar a realidade de hoje, onde os municípios vivem à míngua: O líder petebista ressalta que, para que esse desenvolvimento prospere, é preciso que os municípios tenham direito a mais recursos. Destacando que o governo municipal é o governo real, por ser responsável, por exemplo, pela educação e saúde, o presidente do PTB critica a concentração dos impostos nas mãos da União. Os



“A única forma de salvar a democracia é o municipalismo”.

*Roberto Jefferson,
presidente nacional do PTB*

números são assustadores. Dos R\$ 2,2 trilhões arrecadados em 2016, o governo federal ficou com a maior fatia do bolo tributário: 65,5% (R\$ 1,4 trilhão). Os estados ficaram com 24% (R\$ 528 bilhões) e os municípios com 9,5% (R\$ 209 bilhões).

A fórmula ideal, segundo Jefferson, é a divisão justa dos impostos. “O PTB advoga para que a distribuição seja como na Alemanha, justa e igualitária. Naquele país, cada esfera (União, estados e municípios) fica com 33% (um terço) dos impostos arrecadados”, diz ele. “Se a nossa vida acontece nos municípios, por que os impostos que pagamos ficam concentrados no governo federal, que é distante e desconhece as necessidades da população? Brasília, a capital do nosso país, é a consequência e não a origem da representação popular”, pontua o presidente do PTB.

“O imperador Dom Pedro I proclamou a Independência do Brasil há quase dois séculos, mas ainda hoje somos um país colonizado. Agora, colonizado pelo poder central”, acrescenta.

Roberto Jefferson certifica que o PTB considera um “absoluto massacre” essa concentração de poder nas mãos do governo federal, que “gasta muito e gasta mal, especialmente o que São Paulo produz”. Como exemplo, Jefferson cita que, para 1,1 milhão de estudantes das universidades públicas, o governo federal gasta R\$ 130 bilhões por ano, enquanto para os 5.568 municípios, 207 milhões de brasileiros recebem apenas R\$ 209 bilhões.

“Ou seja, o município só tem R\$ 80 por mês, em média, por pessoa, para custear educação, saúde e tudo mais que é necessário para as

nossas vidas. Não dá para explicar esse escândalo. É esse o socialismo que queriam implantar no Brasil?”, questiona.

O líder petebista adverte que, além de a distribuição ser desigual e uma injustiça contra os municípios, a concentração de recursos nas mãos da União permite o surgimento de uma liderança populista, como na Venezuela. Roberto Jefferson ressalta que “ou partilhamos o poder ou na concentração dele, como é hoje, nós podemos perder o poder à aventura”.

“Na Venezuela, a resistência à ditadura são justamente as lideranças municipalistas. Aqui, já afastamos eles do poder. Agora, precisamos promover a valorização dos municípios para eliminar de vez o fantasma do socialismo”, sustenta.



Congresso da APM fortaleceu a adesão à causa municipalista

O presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, explica que “o municipalismo já era um sentimento latente no PTB, mas a partir do encontro com a Associação Paulista de Municípios (APM) e seu presidente, Carlos Cruz, no 61º Encontro Estadual de Municípios, em Campos do Jordão (SP), a causa se consolidou e ganhou força no partido. “Encampamos o municipalismo por compreender que é uma bandeira construtiva e que propiciará à nação brasileira um futuro próspero, mais digno e feliz”, reforça Jefferson. “Estou tendo a oportunidade, nesse convívio com as amigas e amigos da APM, de entender que nós vamos fazer, por meio do municipalismo, a revolução das liberdades, a revolução que vai permitir a nós dar ao filho do mais pobre as mesmas condições que o filho do rico”.

Roberto Jefferson destaca também a liderança e o comprometimento do petebista Campos

Machado na luta pelo municipalismo. Deputado estadual por São Paulo desde 1990, Campos é secretário-geral do partido e presidente do PTB de São Paulo, diretório estadual que conta com 68 prefeitos, 77 vice-prefeitos e 580 vereadores. O PTB paulista tem ainda dois deputados federais (Arnaldo Faria de Sá e Nelson Marquezelli) e dois estaduais (Campos Machado e Roque Barbiere).

“A capacidade de trabalho e o comprometimento absoluto de Campos Machado com a história, a bandeira e os nossos ideários são um exemplo para todos. E agora, nessa luta que inflama a alma e o sentimento do PTB, a liderança do Campos, somada à dedicação de nossos prefeitos, vereadores, deputados e militância será fundamental para podermos mudar para melhor São Paulo e o Brasil”, finaliza o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson.

Constituinte exclusiva

O PTB defende também um novo pacto federativo, uma nova Constituição para o Brasil. “Somos a favor de uma Constituinte exclusiva, na qual os parlamentares federais não poderão se candidatar; e os eleitos para a Constituinte, após o seu término, deverão ficar oito anos sem se candidatar ao Congresso Nacional”, explica Roberto Jefferson. “Propomos uma Constituinte para fortalecer e dar independência legal aos estados e municípios, e com um pacto que reduza as desigualdades regionais e promova a distribuição igualitária dos impostos entre os governos federal, estadual e municipal, com um terço para cada esfera”.

PTB jovem entra na luta

A Juventude do PTB também entrou na luta pela defesa do municipalismo. Em recente mensagem nas redes sociais aos jovens de todo o país, a presidente nacional do movimento, Graciela Nienov, destacou a importância de fortalecer os municípios. Ressaltando que “o município sofre como nós”, Graciela lamenta a abusiva concentração de recursos dos impostos na capital federal. “Quando você ouvir falar municipalismo, estamos falando do futuro de todos nós. E se falarmos em futuro, nós, os jovens, temos que fazer parte disso. Se liga”, diz a líder da Juventude do PTB, convocando os jovens a participarem da valorização dos municípios.



*“Não é fácil ser
prefeito nesse
momento”.*

*Campos Machado,
presidente estadual e
secretário-geral nacional do PTB*



Campos Machado defende descentralização e pede mais autonomia dos prefeitos

A defesa da descentralização e da maior autonomia dos prefeitos, que “pisam no barro, são do povo, e tem cara de povo, jeito de povo” foi o que determinou com que o PTB crescesse, numa taxa muito maior do que outros partidos, nas eleições municipais de 2016.

A avaliação é do deputado Campos Machado, presidente estadual e secretário-geral nacional do PTB, para quem o crescimento de 25% do partido, em um cenário que todas as outras legendas encolheram, revela que o PTB vive um dos seus melhores momentos na história ao eleger cerca de 170 prefeitos e vice-prefeitos e em torno de 600 vereadores.

“Estamos atrás, apenas, do PMDB, que tem a presidência da República e do PSDB, que tem o Governo do Estado e temos ainda

quase 400 mil filiados”, avalia o deputado Campos Machado.

À frente de prefeituras como Louveira, Holambra, Itu e Presidente Prudente, o partido aderiu nacionalmente à luta por manter mais autonomia aos municípios, com mais recursos, sem a necessidade de recorrer a Brasília ou para o Estado, colocando isso até mesmo no conteúdo programático do partido e nas inserções nacionais de rádio e televisão, além de palestras, como as proferidas pelo presidente nacional da legenda, Roberto Jefferson – cotado para disputar uma vaga à Câmara dos Deputados por São Paulo, tendo com uma das bandeiras principais a defesa do municipalismo.

Para Campos Machado, “não é fácil ser prefeito nesse momento em que o Brasil vive uma crise polí-

tica, financeira e de valores, pois são muitas as responsabilidades para poucos recursos, já que eles ficam centralizados em Brasília e isso não faz sentido porque o cidadão não mora no Planalto. É no município que tudo acontece”. Para ele, “defender condições para o prefeito é o mesmo que dar ao cidadão a chance assumir as rédeas da política, que faz da sua cidade um lugar melhor para viver”.

A defesa dessa ampla autonomia municipal tem feito com que os prefeitos do PTB paulista defendam que o partido tenha um candidato próprio ao governo do Estado, em 2018. Campos, porém, destaca que “a possibilidade existe, mas apenas se for contribuir e fortalecer o nosso apoio, ao nome do meu amigo e irmão Geraldo Alckmin, como futuro presidente do Brasil”.



Mais 31 cidades aprovadas como Municípios de Interesse Turístico

Por Patrícia Penzin

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou mais 31 municípios para integrar o programa estadual de Municípios de Interesse Turístico (MIT), que incentiva as administrações municipais a investirem no turismo como alternativa para valorização de atrativos locais, além da criação de emprego e renda. Além das 70 estâncias turísticas já existentes no Estado, outros 140 municípios serão incluídos no MIT, dos quais, no primeiro semestre deste ano, 20 municípios já foram aprovados, somando-se agora os novos 31.

Mas não é fácil a cidade se qualificar para concorrer. Cada município que se candidatou a integrar o MIT precisa apresentar projetos que melhorem a infraestrutura de turismo local. Em outras palavras, primeiro é preciso ter algum atrativo e, depois, criar estrutura para transformar esta qualidade em interesse para visitação. Deve ter, por exemplo uma rede de infraestrutura consolidada, com atendimento médico emergencial, serviço de hospedagem e de alimentação, informações turísticas e abastecimento de água potável e esgoto. A classificação garante a cada cidade o recebimento de cerca de R\$ 650 mil por ano.

Nesta reportagem mostramos os atrativos das 31 cidades aprovadas pelos órgãos técnicos do Governo do Estado e pela Assembleia Legislativa.

Altinópolis é destino para quem admira arte

Com forte vocação no turismo rural, Altinópolis tem uma boa estrutura de hospedagem rural e opções para quem gosta de esportes de aventura. Essa característica torna a cidade perfeita para a prática a rapel, tirolesa e o chamado canyoning, alpinismo em Cachoeira. Grutas, cachoeiras, montanhas e quedas d'água completam o cenário e possibilitam a prática de montanhismo, rafting, trekking e boiacross. As cachoeiras são um atrativo à parte e a cidade de 16 mil habitantes ainda reserva aos visitantes uma agradável surpresa: um enorme acervo do artista italiano Bassano Vaccarini, que morou lá. A Praça das Esculturas é parada obrigatória para quem gosta de arte: lá estão sete monumentos com 42 esculturas do artista, que se inspirava nas mulheres para esculpir. A partir da praça é possível avistar os conjuntos montanhosos e ter vista panorâmica da cidade.

Araras tem parques que valem ser visitados

Além de uma boa estrutura com belos parques municipais, o Bonde sobre Rodas é uma atração que mostra as riquezas históricas e naturais de Araras. No parque, o visitante encontra um jardim sensorial, espaço para atividade física, ciclovia, fonte interativa, lago de carpas, playground, área para apresentações culturais, pedalinho e o Centro de Reabilitação de Aves Silvestres. Tudo isso com uma estrutura com restaurante e choperia com vista para o lago. No Parque Ecológico, o turista pode fazer arborismo e tirolesa. Outro atrativo é a Casa da Cultura, em um prédio construído no final do século XIX, que já funcionou como fórum, cadeia e Câmara Municipal. A Casa de Cultura tem um acervo de mais de 300 quadros, gravuras e esculturas. A Casa da Memória, que abriga o Museu da cidade, e a Basílica N. Sra. do Patrocínio, são outros pontos obrigatórios.

Araraquara, rica em parques e museus

Araraquara oferece uma infraestrutura impecável para os turistas. Com uma vasta gama de opções que incluem parques, museus, igrejas, teatros e centros culturais, o município está investindo em eventos. Um dos pontos turísticos principais é o Parque Ecológico Pinheirinho, com represas, praias artificiais, pedalinhos, quadras poliesportivas, piscina, bosques e horta, além de oficinas culturais para as crianças, feirinha de artesanato e praça de alimentação. O Parque Ecológico do Basalto é outro ponto de parada obrigatória. O espaço tem lagoa, mata tropical e o salto do córrego do Pinheirinho, onde os visitantes podem fazer trilhas ecológicas. Tem mais: nas calçadas do Parque Infantil, lajes com pegadas de diferentes tamanhos, descobertas pelo paleontólogo José Leonardi, nas pedreiras da região do Ouro.

Areias, nos Caminhos da Corte

Localizada no Vale do Paraíba, Areias faz parte dos Roteiros Caminhos da Corte. Foi uma das primeiras regiões do Brasil a cultivar o café e mantém preservadas as suas construções históricas. A cidade, que respira história, serviu de pouso para Dom Pedro I durante a viagem na qual proclamou a independência do Brasil. Além dos variados museus, com destaque para o Museu Casa de Pedro Américo e Museu do Brejo Paraibano, Areias possui atrativos naturais como a Represa do Funil, ponto de pesca onde pode-se fazer passeios náuticos, as cachoeiras Caroba, do Inácio e a Santa Terezinha e a Serra da Bocaina. Entre as construções históricas mais conhecidas estão o antigo prédio da Câmara e Cadeia, local em que Monteiro Lobato trabalhou como promotor público, a Igreja Matriz de Sant'Anna, do final do século 18, e o Solar do Capitão Mor, onde Dom Pedro I ficou hospedado em 1822.

Cabreúva integra o Caminho do Sol

O forte de Cabreúva é a vida rural. Nas propriedades, o turista pode colher e comer frutas direto dos pomares e, por meio do sistema “colha e pague”, levar um pouco da roça para casa. Nos pesqueiros, uma atividade frequente é o “pesque e pague” e a pesca esportiva. Os esportes de aventura e radicais contam com tirolesa, escalada, rapel e canoagem. Cabreúva oferece também trilhas na Serra do Japi, nascentes, cachoeiras e a flora e fauna. A principal fonte de renda da cidade é a produção artesanal de cachaça, que fez parte da história de Cabreúva. Visita a locais que produzem a bebidas e doces feitos a partir da aguardente são outra opção. O município integra o “Caminho do Sol”, um roteiro de 227 quilômetros inspirado no Caminho de Santiago de Compostela.

Campina do Monte Alegre, a cara do Interior

Com pouco mais de 5.600 habitantes, Campina do Monte Alegre é a típica cidade do interior e, por isso, foi carinhosamente apelidada por seus moradores de Campininha. O município é formado por uma rua principal e vielas adjacentes, mas nele estão os rios Itapetininga e o Paranapanema, entre os únicos não poluídos do estado de São Paulo. Lá, o turista pode ter dois pontos privilegiados de visão: o encontro das águas e a queda d'água. O encontro das águas acontece quando o rio Itapetininga deságua no rio Paranapanema ao pé de um monte, avistado de todos os pontos do povoado. É possível fazer passeios de barco pelos rios, observar os pássaros e descer o rio de boia. Visitas as quedas d'água, às Cavernas da Mata Atlântica-Lagamar e à capela de São Roque, onde se originou a cidade, completam o guia de atrações da Campininha.

Cardoso é banhada por três rios

Criada na década de 1940, a cidade de Cardoso tem pouco mais de 11 mil habitantes e uma riqueza inestimável em recursos hídricos. É banhada por três rios, o Grande, o Turvo e o Marinheiro, que formam a base turística. E o maior atrativo da cidade é a Prainha de Cardoso. Com 85 mil m² e localizada a 2,5 quilômetros da cidade, tem acesso totalmente pavimentado e uma boa estrutura: quiosques, churrasqueiras, estacionamento, banheiros com chuveiros aquecidos, playground, bar e restaurante, área de camping e ranchos para aluguel com ou sem piscinas. Outros pontos bastante visitados são o Lago da Represa Água Vermelha e a Lagoa Hygino Zampronha. Pesca e esportes náuticos estão entre as atrações. Além disso, a cidade é dotada de uma boa estrutura de hospedagem.



Cruzeiro tem túnel na Serra da Mantiqueira

Cruzeiro nasceu da ferrovia que ligava três estados (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e tem na ferrovia um grande potencial turístico. Um dos principais pontos de visita-ção é o Grande Túnel, na Serra da Mantiqueira, com 996 metros de comprimento. A cidade tem também potencial para turismo religioso e ecológico. Quando o assunto é história, a visita ao Museu Major Novaes é indispensável. Além de cachoeiras Véu da Noiva, Cantagalo e das Três Quedas, as grutas do Reino Encantado e o Pico do Itaguaré, a Garganta do Embaú, localizada na Serra da Mantiqueira, é parada obrigatória. A Toca das Andorinhas, entre os Picos do Itaguaré e dos Marins, é outro destino indispensável. Na área urbana, o Bosque Municipal oferece 4,5 alqueires de remanescentes da Mata Atlântica e atividades de lazer e esporte.

Prainha é o maior patrimônio de Itapuí

A Prainha está sendo revitalizada para a prática de esportes, pesca-ria, piquenique, banho de rio e lazer. No bairro Terras de Santa Maria, o visitante encontram uma paisagem semelhante à da Prainha, com mata nativa e diversas espécies de pássaros. É ao redor da Praça da Matriz que se concentra o comércio da cidade. Lá estão os bares, restaurantes e lanchonetes. A Praça, que já ganhou o título de jardim mais bonito do Brasil, tem uma fonte luminosa e coreto em formato de lira. Dois grandes eventos movimentam o turismo local: a Festa do Peão de Itapuí e a Quermesse da Paróquia de Santo Antônio de Pádua, evento tradicional que acontece no mês de junho e julho. Além de saborear diversas opções culinárias, o visitante pode participar do tradicional “Ajude”, que tem a finalidade de arrecadar fundos para a paróquia.

Vinícolas consolidaram a fama de Itupeva

Quem gosta de tranquilidade, ar puro e natureza não pode deixar de visitar os engenhos, plantações de frutas e apiários de Itupeva. Além da gastronomia forte, a cidade tem em seu calendário eventos importantes como a Expo-Uva, que atrai milhares de visitantes. E no roteiro turístico estão visitas a fabricantes das cachacas JP e Nica Preta; à Cervejaria Blondine, à Quinta N. Sra. Aparecida e à Adega Família Lourençon. Quem gosta de artesanato, precisa conhecer a Casa do Artesão, que reúne o trabalho de 32 artesãos. No Sítio Frediani, as crianças podem interagir com variedade de aves e animais, e os pais podem comprar produtos feitos no sítio, como geléias, queijos etc. No Sítio Sassafras, os visitantes podem tomar café da manhã aos sábados e domingos.

Frei Galvão movimenta o turismo em Jaú

A cidade de Jaú tem visto o setor de turismo religioso se desenvolver nos últimos anos impulsionado por Frei Galvão. A cidade tem um museu e um santuário dedicado a ele, atraindo milhares de pessoas todos os anos. No Parque do Rio Jaú, os visitantes podem aproveitar o contato com a natureza, fazer piqueniques, praticar esportes e até mesmo fazer lanches nos food trucks instalados no local. Os principais pontos turísticos do município são os casarões do Centro Histórico, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio e Teatro Municipal Elza Muneratto. Além disso, Jaú tem grandes eventos no calendário anual: a Exposição Nacional de Orquídeas e Feira Regional de Artesanato. As lojas de calçados são o grande motor do turismo local e a cidade organiza eventos como a Expo Jaú, feira agropecuária, shows e exposição de cavalos.

Lençóis Paulista integra Circuito no Centro Oeste

Lençóis Paulista começou a se destacar no cenário turístico a partir de 2007. Os dois parques mais visitados da cidade são o Parque do Povo, um espaço de lazer, cultura e de beleza natural que ocupa uma área que se estende por 20 bairros. Além de jardins e praças, o parque tem quadras poliesportivas, áreas de convivência, pista de caminhada, ciclovias, áreas de preservação ecológica e espaço para piqueniques, exposições e manifestações culturais. O Parque Sidel-pa, que abrigou a antiga Siderúrgica de Lençóis Paulista na década de 70, será revitalizado e em sua área será construído um complexo cultural. Os fãs de vinho podem visitar a Vinícola Casagrande. Na época da colheita da uva é possível realizar o “Colhe e Pague” e visitar a “Adega” onde estão tonéis de vinhos.

Limeira mantém viva a história do café

A cidade se consolidou nos últimos séculos como uma das maiores produtoras de café. Isso faz das fazendas destinos perfeitos para o turismo ecológico. Na fazenda Ibica-ba é possível viajar no tempo ao ver um conjunto histórico-arquitetônico do século 19. Além disso, os turistas se deslumbram com a capela, que tem um altar em madeira, a senzala, a torre do relógio, aquedutos e tulhas feitos por imigrantes e escravos. Não deixe de visitar o Museu Major José Levy Sobrinho, que tem em seu acervo mais de três mil peças. Outros atrativos imperdíveis são o Parque Cidade de Limeira, com ciclovias, pista de caminhada, playground, lanchonete, brinquedoteca, e o Horto Florestal, que tem espaço para a prática de esportes e lazer como trilha, mountain bike, lanchonete, quiosques, playground, passeio de pedalinho e arborismo infantil.

Lins é destino certo para o turismo religioso

A grande vocação de Lins é o turismo religioso. Lá está o Santuário Nacional de Nossa Senhora de Fátima, com painéis feitos com 1730 azulejos pintados à mão, que relatam a história do Santuário. Do lado de fora da construção está localizada a Via Sacra, feita em cimento, uma verdadeira obra de arte. Além do santuário, valem a visita à Catedral Santo Antônio, a Igreja Metodista, a Igreja Dom Bosco e a Igreja Ortodoxa Grega. Outro atrativo característico é o Horto Florestal “Dr. Moysés Antônio Tobias”. Situado em meio à mata nativa, permite ao visitante fazer trilhas ecológicas monitoradas, além de ter espaços com playground e praça de alimentação. Um dos maiores atrativos de Lins é a Cidade Miniatura do Seo Mario, que faz parte da memória histórica do município e surgiu a partir de um presépio construído por Mário Ramos Nogueira.

Mairiporã, convite para contemplar natureza

Localizada na Serra da Cantareira, a cidade tem localização privilegiada e é ideal para ficar perto da natureza. Os principais pontos turísticos incluem o Pico do Olho D'água, que revela uma vista panorâmica do centro da cidade. Quem gosta de esportes náuticos e pesca esportiva não pode deixar de conhecer a Represa Paulo de Paiva Castro e a Pedreira DIB é a pedida certa para quem pratica rapel. Parte de um complexo que inclui também restaurante, a paisagem formada pelas rochas continua atraindo interessados em praticar o rapel em seus paredões. Rio Juqueri e Sete Quedas e a represa Paiva Castro são perfeitos para praticar esportes náuticos. A cidade também é famosa por suas trilhas para downhill. As principais são a trilha do Saracura com acesso pela Estrada da Bucólica e a dos Macacos.

Mira Estrela prima pela qualidade de vida

O maior atrativo de Mira Estrela é a Prainha, que se encontra a 11 quilômetros da cidade, num percurso totalmente asfaltado e de fácil acesso. No local há casas que podem ser alugadas para veraneio. Considerada uma ilha, a prainha tem toda estrutura para oferecer conforto e segurança ao turista. No local, quiosques podem ser alugados e uma lanchonete atende quem pretende passar a tarde. Outro ponto obrigatório de visita é a Trilha Ecológica dos Macacos. No passeio, podem ser avistados diversos animais da fauna local. A trilha possui uma casa onde os visitantes são recepcionados e recebem as informações necessárias para a exploração da trilha. Considerada pela ONU como uma das melhores cidades do Brasil para se viver, a cidade ainda trabalha para desenvolver o turismo, mas já tem uma festa em seu calendário anual de eventos. Todo mês de novembro acontece o Encontro de Bandeiras, na Praça Cândido Brasil Estrela.

Turismo em Mogi das Cruzes: diversidade

Mogi das Cruzes é cortada pelas serras do Mar e do Itapeti e é conhecida como centro produtora de flores e tem várias vocações turísticas, desde roteiros rurais, culturais e ecológicos. Os amantes de golfe encontram lá um dos melhores campos do Brasil e quem prefere esportes radicais pode voar de asa delta no Pico do Urubu, na Serra do Itapeti. Tem outras ótimas opções: o Parque Centenário, o Parque Leon Feffer, a Pedreira de Sabaúna, a Represa do Rio Jundiá, o Parque Natural Municipal; o Museu Histórico e Pedagógico Visconde de Mauá, a Igreja de São Benedito e o Convento do Carmo. A forte influência japonesa pode ser vista em pontos turísticos como o Casarão do Chá, e o Orquidário Oriental.

Nazaré Paulista e o turismo ecológico

A grande vocação de Nazaré Paulista é o turismo ecológico. Com nascentes, cachoeiras e águas represadas em seus vales, a cidade é o destino ideal para quem aprecia esportes náuticos, passeios de barco, mergulho e pesca esportiva. Entre as atrações turísticas destacam-se a Represa Atibainha e a Igreja Nossa Senhora de Nazaré, do século 17, construída em estilo barroco, com peças entalhadas em madeira e imagens vindas de Portugal. Com um calendário de eventos já definido, a cidade recebe milhares de turistas durante a Festa do Divino, quando é servido o prato tradicional da cidade, o “Afogadão” cozido de carne de boi com batatas. Durante a abertura oficial, sacas de paçoca são transportadas pelas ruas da cidade em carros de boi, seguidas da comitiva de festeiros. Na sequência, vêm as missas e procissões com cantos de violeiros e apresentação de uma corte imperial, durante os nove dias da novena.

Novo Horizonte investe em turismo de aventura

Rica em recursos naturais, se destaca no turismo ecológico e rural. Tem em seu território 40 quilômetros de extensão do Rio Tietê e a administração municipal explora esse potencial. O projeto Navega NH capacita mão de obra para os esportes náuticos e oferece uma série de atividades náuticas aos visitantes. Outra ação é o NH Tietê Adventures, com provas de triathlon às margens do Tietê. Para quem gosta de turismo de aventura: NH 1000 km de Aventura, com seus 1000 quilômetros de estradas rurais. O projeto CamiNheiros incentiva a prática de caminhada na zona rural. Pontos obrigatórios de visita são o Salto do Rio Bonito, as grutas e a Igreja de Santa Lúcia.



Rancharia tem praias de água doce

A grande atração turística é o Balneário Municipal Prefeito Manoel Severo Lins Neto, localizado na Rodovia SP 351. São mais de três mil metros de belas praias de água doce que oferecem várias opções de descanso, lazer e esportes náuticos, como jet-ski e passeios de lancha. Quem gosta de esportes radicais pode acompanhar provas de motocross. A cidade é rica também em cachoeiras e quedas d'água, como a de Quatiara e a Cantinho do Céu, o que atrai um público adepto do turismo ecológico e de aventura, e tem um belo Parque ecológico. Pontos turísticos importantes são, ainda, o Museu Municipal Manir Haddad e a Paróquia Santo Antônio.

Registro e a forte influência oriental

Conhecida como a Capital do Vale e a Capital do Chá, Registro é a maior cidade do Vale do Ribeira e tornou-se oficialmente o Marco da Colonização Japonesa no Estado. Foi a primeira localidade a receber imigrantes japoneses interessados em investir em produção própria em São Paulo. Por isso, bens culturais da imigração japonesa são preservados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Pontos obrigatórios: a sede da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, as antigas fábricas de chá e residências de primeiros colonos japoneses, além das Igrejas Episcopal Anglicana e de São Francisco Xavier. Outro atrativo são as esculturas do artista plástico Yutaka Toyota, confeccionadas com material das antigas fábricas de chá e dos armazéns e do engenho de beneficiamento de arroz. As obras estão espalhadas por vários pontos da cidade. Visitas obrigatórias: a Igreja Matriz São Francisco Xavier, a Praça Beira Rio, o Torii, e o Bosque Municipal Torazo Okamoto.

Riolândia integra o Roteiro Maravilhas

Riolândia é uma das 11 cidades que integram a Região Turística “Maravilhas do Rio Grande”, unidas para intensificar o turismo e criar um calendário de eventos regionais, além de planejar a criação de uma plataforma on line para divulgar informações turísticas da região. Em Riolândia, o grande centro do turismo é a praia artificial às margens do Rio Grande. Outro ponto de visitação de grande interesse público é a represa de Água Vermelha, com sua ampla estrutura para receber turistas, dotada de quiosques, campo de futebol e grande potencial pesqueiro. Como a base do turismo é o rio, a recomendação é praticar esportes náuticos e fazer passeios de barco, além de descansar contemplando a natureza.

Rosana se destaca no turismo de pesca

Se você é um pescador, o seu destino é Rosana. Cercada por dois grandes rios, o Paraná e o Paranapanema, a cidade é sinônimo de diversão dentro da água. A pesca esportiva é um esporte muito praticado na cidade atraindo a cada ano mais turistas em busca das belezas naturais oferecidas pelos rios. Os principais peixes encontrados lá são piapara, dourado, tilápia, sardela, traíra e tucunaré. Mas a cidade ainda tem vocação para o turismo rural, que permite ao visitante ter um contato maior com o campo. O clima bucólico, o ambiente interiorano, o ar puro e as belas paisagens são um convite irrecusável para visitar a cidade. A gastronomia focada na comida da roça, com seus doces caseiros e produtos típicos do campo, encanta o visitante. Uma parada obrigatória é o Cine Teatro Casa da Cultura em Primavera, ampliado e modernizado, palco de diversas manifestações culturais e eventos municipais e regionais.

Santa Branca valoriza o turismo rural

A natureza privilegiada de Santa Branca faz com que o município invista pesado no turismo rural. A cidade, com hotéis, hotéis fazendas, pousadas e restaurantes com a cozinha típica do interior, preserva sua arquitetura na área central e fazendas e vem ganhando cada vez mais visitantes. A produção de cachaças artesanais, licores, vinhos e doces caseiros são outros atrativos. A Toca do Leitão é o ponto mais visitado. A orla da represa do Rio Paraíba do Sul, como extensão de 15.000m², é uma área de pesca, lazer, recreação e prática de esportes aquáticos, ideal para passeios de barcos. A Cachoeira do Putim é outra área de lazer e recreação procurada pelos turistas. Pontos turísticos importantes são a Igreja Matriz, a Igreja do Rosário - patrimônio de grande valor histórico, construída em taipa de pilão. Outro local de grande visitação é a Capela São Sebastião.

Rio Pardo lembra no tempo da ferrovia

O Museu Histórico e Pedagógico “Ernesto Bertoldi” localizado na Estação de Santa Cruz do Rio Pardo é uma construção centenária restaurada para abrigar um rico acervo audiovisual. Esta é uma das principais atrações de Rio Pardo, que tem também opções turísticas como o Cine Teatro São Pedro, fundado em 1946. No entorno do Palácio da Cultura existe a “calçada da fama”, onde são homenageadas grandes personalidades que destacaram o nome de Santa Cruz do Rio Pardo além de suas fronteiras. Quem passa pela rodovia SP-225, encontra no Graal Auto Posto o resgate da história da ferrovia e do café no noroeste paulista. Uma das grandes atrações é a réplica da antiga estação da Sorocabana e uma locomotiva a vapor de 1907, que percorre um pequeno trecho para os visitantes.

Santo Expedito e o turismo religioso

Supõe-se que o nome Santo Expedito seja devido ao grande número de nordestinos que afluíram à região, uma vez que o Santo é muito venerado no Nordeste Brasileiro. Por isso, a cidade está investindo em turismo religioso, além também de opções de aventura. Durante o mês registra-se um fluxo de 15 mil pessoas aproximadamente, o que representa o montante de 293 mil pessoas anualmente, com o objetivo de visitar a igreja, santuário e eventos típicos. Considerando o interesse de potencializar o Turismo de Lazer, está em projeto de elaboração a construção de um parque ecológico com o objetivo de oferecer o acesso a fontes de contato e preservação da fauna e da flora regional, de modo que incentive atitudes de proteção ao meio ambiente.

São Simão é cercada de belas paisagens

Localizada entre morros, São Simão é cercada de belas paisagens e é rica em recursos naturais. As grandes vocações da cidade são o turismo rural e cultural. São Simão é considerado o berço da proclamação da república. Não deixe de visitar a Prainha do Rio Tamanduá, reserva ecológica que concentra um grande número de turistas aos finais de semana; o Morro do Cruzeiro, o Parque e Bosque Municipal e a Casa de Cultura Marcelo Grassmann. Formada por prédios mais antigos, tem na Igreja Matriz um dos seus principais atrativos. O templo foi construído no final do século sobre uma pedreira. O Cruzeiro, construído em cimento armado, é ponto de turismo e passeio. Daquele lugar pode-se avistar todo o vale. Durante a noite, a cruz é iluminada por holofotes. Todos os anos, durante a Semana Santa, uma procissão percorre as 14 estações -- os fiéis sobem a montanha com milhares de turistas.

Tabatinga, a capital dos bichos de pelúcia

Tabatinga já viveu seus dias de glória com a cultura do café e já foi apelidada de “Princesinha da Laranja” devido ao intenso cultivo do cítrico. Mas hoje a fama da cidade é garantida pelos bichos de pelúcia. Hoje, é considerada a “capital brasileira dos bichos de pelúcia” e dos acessórios infantis e enxovais para bebês. Por esses motivos, tem uma forte vocação no turismo de compras. São ao menos 20 lojas e confecções voltadas para o setor. Rica em recursos hídricos, a cidade é cortada por dois rios, o São Lourenço e o Jacaré-Guaçu, além do Ribeirão São João, aumentando as possibilidades de desenvolvimento do turismo esportivo na cidade.

Tambaú: Padre Donizetti e cidade da cerâmica

Conhecida como a Cidade da Cerâmica, Tambaú se destaca pelo turismo religioso, tendo como palco a Marcha da Fé do Padre Donizetti. Mas não é só isso. Localizada próxima a Santa Rita do Passa Quatro, a grande produção de cerâmica incentiva também o turismo de compras. Mas a cidade, rica em encantos naturais, atrai um grande público nos finais de semana. Um dos esportes radicais mais procurados é o rapel de cachoeira. Os pontos turísticos mais procurados da cidade são o Pontilhão, a Cachoeira da Fazenda São Geraldo e o Santuário a Sra. Aparecida. Em junho, quando se lembra o falecimento do Padre Donizetti, o município recebe cerca de 40.000 romeiros. Aos finais de semana, são 4.000 visitantes para a chamada Marcha da Fé. A fama de milagreiro do religioso, que dedicou 35 anos à Paróquia de Tambaú, se espalhou pelo interior, atraindo cada vez mais turistas que procuram um encontro com a fé ou uma graça a ser alcançada.

Uchôa integra Circuito Turístico do Noroeste

A cidade de Uchôa, com 10 mil habitantes está caminhando rapidamente para desenvolver o turismo. O município tem na Estação Cultural um dos seus principais pontos turísticos. A antiga estação ferroviária abriga a biblioteca municipal, sala de cinema e importante acervo com fósseis de dinossauros encontrados na zona rural do município, um verdadeiro achado para quem gosta dos animais pré-históricos. A cidade já tem um guia turístico oficial e quer se consolidar como um importante destino para quem busca o clima acolhedor do interior. Passeio por trilhas com contadores de histórias, a culinária caipira, construções antigas e o Museu do Carnaval, com peças e alegorias utilizadas em desfiles de escolas de samba de várias cidades, são outros atrativos do município.

Votuporanga também tem turismo religioso

O turismo religioso é uma vocação natural em Votuporanga, mas tem várias outras opções. A Igreja N. Sra. Aparecida foi elevada ao título de diocese e é referência católica e cartão postal do município -- passará a ser catedral. Outra atração é a Concha Acústica, palco de grandes atrações, com recorde de público. Recebe cerca de 20 apresentações por mês. Já passaram importantes nomes como: Zélia Duncan, Biquíni Cavado, Rolando Boldrin e Jorge Aragão. Há também a fonte luminosa nos dois lagos e ainda iluminação, paisagismo e arborização composta por centenas de árvores de diferentes espécies, além de decks de madeira e mirante com visão para todo o Parque. Com mais de 105 mil m², o Parque da Cultura é um espaço democrático tanto para a prática de esportes, quanto para a cultura da população, com a realização de vários eventos.



Lei das Eleições completa 20 anos com novas alterações

A Lei 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, completou 20 anos em 30 de setembro e foi brindada com uma nova reforma eleitoral, introduzida pela Lei 13.488, de 6 de outubro.

Com as recentes alterações, a 9.504/97, que nasceu com a intenção de ser duradoura, já foi transformada por 8 novas leis, pelo menos, desde a sua promulgação, contrariando o desejo de perenidade. Antes dela, a cada eleição era editado um novo regimento, dando margem a casuísmos.

Novas regras - A 13.488/2017, sancionada em 6 de outubro, trouxe algumas novidades para as próximas eleições. Entre elas, destaca-se a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), cujos valores, constituídos de dotações orçamentárias da União, serão divididos proporcionalmente entre os partidos. O fundo foi a alternativa que o legislador encontrou para substituir as doações de pessoas jurídicas, proibidas desde as eleições de 2016.

A divisão obedecerá quatro critérios: 35% divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, proporcionalmente aos votos obtidos na última eleição geral; 48% conforme o número de representantes na Câmara e 15%, no Senado. Os 2% restantes serão divididos de forma igualitária entre todos os partidos com estatutos registrados no TSE.

A redução do tempo de domicílio eleitoral de 1 ano para 6 meses também foi contemplada na reforma. Norma anterior já havia reduzido o prazo de filiação partidária para 6 meses. O legislador inovou, ainda, ao permitir a propaganda paga na internet por meio do impulsionamen-

to de conteúdo.

Reformas eleitorais - A primeira alteração da Lei das Eleições foi por meio de uma lei de iniciativa popular (9.840/99), capitaneada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que introduziu a cassação do registro do candidato ou o mandato do eleito em decorrência de compra de votos, a chamada captação ilícita do sufrágio.

A lei popular trouxe um rito processual célere para a apuração dos fatos, com o objetivo de eliminar rapidamente a ação de corrupção eleitoral. Embora o Código Eleitoral já prevísse o crime para quem doa ou recebe vantagem em troca de votos, a apuração demanda um tempo bem maior, permitindo que o corrupto, na maioria das vezes, fosse eleito e exercesse todo o seu mandato.

Outra importante alteração na legislação eleitoral ocorreu com a edição da Lei 11.300/2006. Conhecida como minirreforma eleitoral, ela promoveu várias alterações sobre propaganda, financiamento e prestações de contas de campanha. Seu principal objetivo foi diminuir os gastos de campanha e, por consequência, inibir o abuso do poder econômico e trazer maior equilíbrio na disputa.

A partir dessa legislação, ficou vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

Em seguida, veio a Lei 12.034/2009, que modificou a maioria das normas criadas pela Justiça Eleitoral com base na sua jurisprudência. A

partir dela, o conceito de quitação eleitoral, que havia sido ampliado pela Justiça Eleitoral, voltou a ser restrito para multas não pagas.

A desaprovação de contas de campanha, que havia sido incluída pela Justiça Eleitoral em resolução como critério para a não expedição da certidão de quitação eleitoral, voltou a não ter punição. Note-se que, sem a quitação, o pretendente não poderia se candidatar.

A partir da 12.034, a prestação de contas passou a ter caráter jurisdicional - antes era somente administrativo, permitindo, dessa forma, sua análise pelo TSE em recurso especial.

Redução de prazos - A lei 13.165/2015 trouxe uma série de inovações para o período eleitoral, além de reduzir vários prazos, inclusive para julgamento dos pedidos de registro de candidaturas, considerados já extremamente curtos pela Justiça Eleitoral. As normas também serão aplicadas às eleições de 2018.

A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto. O prazo fatal para a entrada de pedidos de registro passou de 5 de julho para 15 de agosto, adiando em 40 dias o início da propaganda eleitoral. A campanha em rádio e televisão foi reduzida de 45 para 35 dias.

Como se vê, o diploma legal, que tinha a pretensão de ser perene, já passou e continua passando por várias transformações, fruto de uma democracia que ainda está em busca do seu aperfeiçoamento.

Eliana Passarelli é coordenadora de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.



Nepotismo: um assunto que não sai de moda

A despeito das eventuais injustiças causadas pelo entendimento que se fixou a respeito do conceito de nepotismo na Administração Pública, é imperioso que todos aqueles que atuam junto ao Poder Público estejam atentos às vedações que a Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal impõe.

Recentemente discutimos a respeito de um caso emblemático, o da eventual possibilidade de nomeação da filha do Prefeito para o exercício do mandato de Secretária Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social e também para o cargo de Presidente do Fundo Social de Solidariedade, de modo concomitante.

A resposta a essa questão deve passar pela análise prévia de vários aspectos: a possibilidade de (i) nomeação da filha do Prefeito como Secretária; (ii) nomeação da filha do Prefeito como Presidente do Fundo Social de Solidariedade; e (iii) exercício concomitante de ambas as funções.

Em primeiro lugar, analisemos se é possível a nomeação da filha do Prefeito como Secretária Municipal.

Os Secretários Municipais são considerados agentes políticos, membros do mais alto escalão da Administração Municipal, com liberdade e independência de atuação, nos limites constitucionais, com a diferença de que os primeiros não são eleitos pelo povo, mas nomeados pelo Chefe do Executivo, em razão do vínculo de confiança que os une.

A proibição constante da Súmula Vinculante nº 13 não atinge as nomeações de agentes políticos,

assim considerados os Secretários.

Consequentemente, a existência de vínculo familiar entre o Secretário e o Prefeito, ou entre um e outro Secretário, não impede sua nomeação, donde se infere a possibilidade de nomeação da filha do Prefeito como Secretária Municipal.

No entanto, é indispensável que a legislação municipal tenha criado expressamente os cargos de Secretários Municipais remunerados em parcela única, denominada.

Verificada a possibilidade de nomeação da filha do Prefeito como Secretária Municipal, analisemos a questão da sua nomeação como Presidente do Fundo Social de Solidariedade.

Antes de mais nada, deve ser verificada a lei que instituiu o Fundo Municipal de Solidariedade, a fim de conhecer a natureza da função de Presidente.

A esse respeito, já se manifestou o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no sentido de que “tratando-se de cargo voluntário, não há a configuração de nepotismo. E também não há se falar em improbidade administrativa, tendo em vista que o ato de nomeação está amparado em permissivo legal”.

Sendo assim, a depender da previsão contida na lei de criação do Fundo Social de Solidariedade será possível verificar a viabilidade de nomeação da filha do Prefeito para a função de Presidente.

Em outras palavras, caso a lei que instituiu o Fundo Social demonstre claramente que o cargo de Presidente se caracteriza pela voluntariedade, segundo o enten-

dimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo será possível a nomeação da filha do Prefeito.

Por fim, cumpre-nos ponderar acerca do exercício concomitante dos dois cargos, quais sejam, o de Secretária Municipal e o de Presidente do Fundo Social de Solidariedade.

Trata-se de questão tormentosa, não havendo muitas manifestações da jurisprudência a respeito do tema.

Conforme já exposto anteriormente, os Secretários Municipais são considerados agentes políticos e, nessa condição, ocupam o mais alto escalão da Administração Municipal, com liberdade e independência de atuação, nos limites constitucionais.

Por essa razão, exige-se dos Secretários Municipais dedicação integral e exclusiva no desempenho das tarefas inerentes ao seu cargo.

Daí não nos parece possível a acumulação dos cargos de Secretária Municipal e de Presidente do Fundo Social de Solidariedade do Município, com o exercício concomitante das atribuições.

Note-se que tal vedação, nesse caso, não decorre do entendimento acerca do nepotismo na Administração Pública, mas sim da natureza jurídica do cargo de Secretário Municipal.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).



Na palestra em Bauru, o professor Victor Mirshawka (à esquerda), na mesa com autoridades



Aumentando a empregabilidade nas cidades, graças a visitabilidade

Por Victor Mirshawka

A convite da secretária municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda de Bauru, Aline Prado Fugolin, ministrei uma palestra no auditório da Faculdade de Odontologia de Bauru, sobre o tema Cidades Criativas – A Importância da Criatividade para o Desenvolvimento Sustentável, em setembro.

Também em setembro, estive em Limeira a convite do presidente da ACIL (Associação Comercial e Industrial de Limeira), José Mario Bozza Gazzeta e do empresário Celso Varga para abordar o assunto Cidades Criativas, Cidades Atraentes, no auditório da ACIL.

O público estava ávido para saber como é possível através da criatividade se chegar a invenções que se tornem inovações e permitam a geração de novos empregos, com o mínimo impacto sobre o meio ambiente, ou seja, mantendo a sustentabilidade da cidade. Expliquei que justamente é esse o objetivo do curso MPA (Master of Public Administration) que a Associação Paulista de Municípios (APM) pretende desenvolver em várias cidades do Estado.

Inicialmente ressaltei que a ideia básica do MPA é formar bons governantes municipais que para isso

devem conhecer o conteúdo de seus 8 módulos: legalidade, administrabilidade, empregabilidade, habitabilidade, mobilidade, sustentabilidade, visitabilidade e complementaridade.

Na realidade é o incremento da visitabilidade a uma cidade que vai permitir que surjam mais empregos numa, visto que é cada vez mais difícil gerar empregos nas áreas da agricultura e da indústria.

Sucintamente são as seguintes as explicações que dei sobre cada uma dessas palavras-chave e particularmente a evidente conexão que existe entre maior empregabilidade com o crescimento da visitabilidade.

A prefeitura deve continuamente desempenhar o seu papel de catalisadora e em alguns lugares, como a maior empregadora. Infelizmente em muitos casos as prefeituras estão à beira da ilegalidade como é o caso da cidade de Bom Jesus da Serra (BA), na qual o percentual de funcionários públicos chegou a 90% de todos aqueles que têm emprego no município, com o que ela compromete 58% dos seus recursos com a folha de pagamento, muito próximo do limite permitido de 60%.

Felizmente em 2017, observou-se uma queda contínua da taxa de desemprego no País. Após dois anos

sem trégua nos cortes mensais de vagas, a indústria brasileira voltou a gerar empregos.

A indústria tornou-se a terceira maior empregadora do País, atrás do comércio e do setor público. Assim dos 924 mil postos de trabalho criados entre junho e agosto de 2017, 40% vieram da área industrial. A retomada de contratações está sendo liderada principalmente pelos setores automotivo, têxtil, de calçados, de confecção, eletroeletrônico e químico/farmacêutico.

Um procedimento que deveria ser norma é a avaliação dos servidores públicos. Isso é o que se destaca no módulo administrabilidade, pois as instituições funcionam melhor quando conseguem valer-se de incentivos corretos. Em se tratando do serviço público, especialmente do municipal, isso significa recompensar o mérito e o esforço evitando-se que os funcionários da prefeitura sucumbam às forças da inércia.

De fato, as políticas de bônus por produtividade nas carreiras públicas ainda são tímidas e raramente bem desenhadas. Já a dispensa de servidores por insuficiência de desempenho, embora prevista na Constituição, não foi até agora colocada em prática porque o Congresso nunca

elaborou uma lei complementar que regulamentasse a avaliação dos profissionais, como a Carta exige.

Finalmente surgiu uma proposta da senadora Maria do Carmo, na qual vislumbra-se agora a possibilidade de avanço nesse tópico. Sem dúvida uma forma de incrementar a empregabilidade numa cidade é através do incremento da visitabilidade. Mesmo que esse trabalho seja temporário, ele permite obter ganhos maiores em períodos bem curtos.

Uma cidade paulista tem se destacado pela intensa visitabilidade que recebe todos os dias. Trata-se de Aparecida, que em 2017 teve um ano excepcional, especialmente devido a celebração dos 300 anos do encontro da imagem da padroeira do Brasil. Em todo mês de outubro passaram por Aparecida mais de 2 milhões de peregrinos e em 2017 o total chegará a 14 milhões.

Realmente é difícil uma outra cidade brasileira obter essa visitabilidade, porém isso indica que ela é uma excelente solução para se incrementar a economia numa cidade.

Quem se envolve nos temas abordados no módulo legabilidade deve refletir sobre alertas como os dados pelo ilustre advogado e professor emérito, Ives Gandra da Silva Martins, que destacou: “Vivemos atualmente em um estado ‘gelatinoso’ de direito, em que todos patinam e em que uma mera alegação sem prova material pode macular a imagem de qualquer pessoa – particularmente de muitos prefeitos – em uma dura violação ao inciso X do artigo 5º da Constituição”.

No que se refere a habitabilidade nas cidades paulistas médias ou grandes sente-se atualmente que o problema de falta de moradia está ligado ou a especulação, preços muito elevados das novas residências ou apartamentos, ou então a obsolescência dos edifícios nos quais as pessoas não querem viver.

Em São Paulo, por exemplo, chega-se à conclusão que é na zona oeste que as pessoas querem viver. É essa opinião dos moradores tem razão de ser pois a região é atendida por três linhas de metrô, estão aí importantes museus, além de ter-se uma vida noturna bem agitada.

A zona sul da cidade também é apreciada pelos paulistanos. Lá, no bairro do Paraíso estão os apartamentos com custo mais alto – próximo de R\$ 20 mil o m²! E existe uma opção muito mais barata, ou seja, viver no centro, onde trabalham centenas de milhares de paulistanos.

Já existe uma demanda de apartamentos de tamanho médio, sem garagem, especialmente pelos jovens que não querem ser proprietários de carros. Basta pois, tomar algumas ações para reabilitar o centro que muita gente irá morar nele.

No que se refere a mobilidade, para melhorar o transporte nas cidades cujas ruas estão cada vez mais congestionadas com tantos carros, ônibus e motocicletas, tentar isso através do uso da bicicleta (bike) não tem sido fácil. Em parte, isso se deve a evolução lenta (ou inadequada) dos sistemas de compartilhamento como é o caso da Ciclo Sampa e do Bike Sampa em São Paulo.

Isso, porém, não quer dizer que a prefeitura deve desanimar e parar com a implantação das ciclofaixas, especialmente para serem utilizadas como lazer ou prática de exercício físico aos domingos e feriados, como se observou na inauguração em São Paulo da nova ciclofaixa que liga o parque do Ibirapuera, na zona sul, à avenida Sumaré, na zona oeste!

No tocante a sustentabilidade, vivemos tempos desafiadores, que estão em muitos casos bem distantes de serem humanas, acolhedoras, inteligentes (smart cities) e criativas, nas quais as crianças brasileiras tenham uma real oportunidade para desen-

volver seu potencial.

A crise que o País atravessa exige uma nova postura da sociedade. Para colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento e assegurar um futuro digno às próximas gerações, precisamos de boas políticas públicas, especialmente na educação e na saúde. O Brasil possui cerca de 190 mil escolas de ensino básico e desse total, mais de 150 mil são públicas, porém a maioria com infraestrutura precária, o que impacta no desenvolvimento escolar e na saúde dos alunos.

E de acordo com o IBGE, das crianças que chegam a elas, ou seja, das cinco milhões de crianças brasileiras abaixo dos cinco anos de idade, 33% delas apresentam algum grau de desnutrição. E os primeiros mil dias de uma criança são os mais importantes para a sua formação, pois é nesse período que 90% do seu cérebro se desenvolve. Nas escolas públicas voltadas para o ensino fundamental metade delas não tem esgoto, um terço não possui rede de água e 25% não possui coleta de lixo.

Assim, sem um planejamento e gestão eficientes, continuaremos a ver muitos jovens abandonando a educação em prol do sempre perigoso atalho do dinheiro fácil. Apesar da deficitária infraestrutura das escolas, mais de 60% delas já têm acesso à Internet. Em contrapartida, só 32% possuem quadra esportiva.

Isso é lamentável e é com esse paradoxo que convivemos. É essencial direcionar nossos esforços e recursos financeiros e humanos para os ensinos fundamental e médio. É na infância que se formam os cidadãos saudáveis e preparados para enfrentar os desafios do século XXI.

Observação importante: Os interessados em cursar o MPA ou que quiserem maiores detalhes, devem entrar em contato com a APM pelo telefone (11) 2165-9999 e solicitar um contato com o seu coordenador, prof. Geraldo Gonçalves.



STF define que depósito judicial pode ser usado para pagar precatórios atrasados

Municípios deverão correr contra o tempo para se adequarem às determinações do Min. Barroso na constituição do Fundo Garantidor e assim terem direito ao benefício de utilização dos depósitos.

Um dos maiores fantasmas que assombra os municípios brasileiros, mas principalmente aos prefeitos, agentes responsáveis pela administração das contas públicas, é inegavelmente a ausência de uma solução definitiva para o pagamento dos precatórios.

De início, cabe assentar que em resumo que os precatórios se constatarem nas condenações sofridas por uma pessoa jurídica de direito público (municípios, estados, fundações, autarquias, União) por decisão do Judiciário, a algum pagamento, de modo que a partir dessa condenação, é expedida a determinação (precatório judiciário) que a constitui na obrigação de incluir na previsão orçamentária do próximo exercício a verba necessária a satisfazer essa obrigação.

Entretanto, essa dinâmica, ainda que pareça simples, é envolta de grande complexidade e de dificulto-

so cumprimento, considerando que os cofres públicos dos municípios e dos estados estão enfileirados no corredor da UTI.

Os precatórios podem ter natureza alimentar (decisões sobre salários, pensões, aposentadorias, indenizações por morte ou invalidez, benefícios previdenciários, créditos trabalhistas, entre outros) ou natureza comum (decisões sobre desapropriações, tributos, indenizações por dano moral, entre outros).

O regime geral de pagamento dos precatórios, atualmente, é seguido pela União e demais entes públicos que não tinham dívida de precatórios até 2009. Nesse regime, as requisições recebidas até 1º de julho são convertidas em precatórios e incluídos na proposta orçamentária do ano seguinte. As requisições recebidas após 1º de julho passam para a proposta orçamentária do ano subsequente.

Por sua vez, as condenações de pequeno valor não são cobradas por precatório. Há uma outra modalidade de cobrança, denominada Requisição de Pequeno Valor (RPV), com

prazo de quitação de 60 dias a partir da intimação do devedor. O limite de RPV deve ser estabelecido por cada entidade pública devedora, mas a regra geral é até 30 salários mínimos nos municípios e até 40 salários mínimos nos estados e no Distrito Federal. No âmbito federal, a RPV atinge até 60 salários mínimos.

A partir de 2009, com a promulgação da Emenda Constitucional 62/2009, Estados, Distrito Federal e Municípios que apresentavam dívidas de precatório aderiram a um regime especial que previa sistemáticas de pagamentos específicos com vinculação em conta especial do valor do estoque de precatórios e também a possibilidade de fixação de um percentual da receita corrente líquida.

Ocorre que, ao ser provocado sobre o tema, boa parte deste pacote de medidas foi julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e em dezembro de 2016, foi aprovada a EC 94/2016 que dentre as medidas, prevê a possibilidade de utilização de depósitos judiciais para pagamento de precatórios.

A EC 94/2016 assegura o uso de



lerá ser usado



(i) 75% dos depósitos judiciais e administrativos, referentes a processos tributários ou não, nos quais entes estatais sejam parte; e de (ii) 20% dos demais depósitos judiciais, excluídos aqueles destinados à quitação de créditos de natureza alimentícia. Prevê, contudo, a utilização de tais valores apenas pelos entes que estavam em mora com o pagamento de precatórios até 25.03.2015 e para o fim específico de quitar os precatórios em atraso até 31.12.2020

Importante destacar que o tema é tão espinhoso, que esta é a terceira tentativa do Congresso em tratar da mora do Poder Público no pagamento dos precatórios. As duas tentativas anteriores – EC 30/2000 e a mencionada EC 62/2009 – foram rejeitadas pelo STF.

Vale dizer que, o Ministério Público Federal já apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a Emenda 94/2016 (ADI 5679) e em decisão liminar restou estabelecido que a utilização de tais recursos pelos Estados e Municípios deverá observar as seguintes condi-

ções: (i) prévia constituição do fundo garantidor da utilização dos depósitos judiciais, (ii) destinação exclusiva para quitação de precatórios em atraso até 25.3.2015, e (iii) exigência de que os pertinentes valores sejam transpostos das contas de depósito judicial diretamente para contas vinculadas ao pagamento de precatórios, sob a administração do Tribunal competente, afastando-se a transferência de tais recursos pelas contas dos Tesouros estaduais e municipais.

Não menos importante, tramita no Senado Federal a PEC 212/16 que propõe a criação de um novo regime de pagamento de precatórios e promete trazer uma solução definitiva às dívidas de Estados e Municípios, além de dar uma sobrevida aos municípios que aderiram ao regime especial e não terão condições de adimplir com os precatórios atrasados até 2020.

A medida, se aprovada, por um lado, trará um desafio aos já debilitados cofres municipais, pois além de estender o prazo para pagamento, garantirá a redução da Receita Corrente Líquida a ser comprometida por Estados e Municípios.

De outra banda, há forte crítica de setores da sociedade, sob o argumento de que essa medida revogaria automaticamente a EC 94/2016, em pontos importantes como a utilização dos depósitos judiciais.

Em verdade os municípios não têm condições de pagar o estoque de dívida acumulado até os dias hoje. De todo modo, a utilização dos depósitos judiciais, acrescidos à possibilidade de ampliação do prazo, são ações que favorecem e credenciam os municípios ao cumprimento da obrigação.

É preciso ainda que uma antiga reivindicação dos municípios seja analisada com disposição pelo

Legislativo, a partir da criação efetiva de uma linha de crédito nos bancos públicos para o pagamento dos precatórios.

Fato é que a opção pelo pagamento, ainda que haja vontade política, não prospera pelas atuais condições econômicas. Por uma razão simples: da receita líquida corrente o que sobra aos cofres municipais é muito pouco: há receita vinculada à educação, à saúde, aos débitos com a União.

Os municípios lutam à duras penas pelo recebimento dos royalties, pelo aumento do Fundo de Participação dos Municípios, travam verdadeiras guerras nas questões que envolvem a chamada guerra fiscal do ISS e dentro do possível, necessitam de criatividade para construir caminhos para salvação das contas públicas.

Ainda que seja uma importante injeção de ânimos na economia, a desoneração do IR e IPI, atinge frontalmente o repasse de valores do Fundo de Participação. Mesmo que o momento e o assunto mereçam máxima seriedade, é preciso dizer que o que se tem nos dias de hoje é a exigência que se impõe a um paraplégico de correr.

Por tal razão, como medida imediata, caberá ao municipalismo que se estruture e constitua o fundo garantidor para que possa gozar da utilização dos depósitos judiciais, e neste momento, ter condições de cumprir com suas obrigações sem que sofra as duras consequências do inadimplemento.

Tony Chalita é sócio coordenador do Departamento de Direito Político e Eleitoral do Escritório Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados. Mestrando em Direito pela PUC-SP e especialista em Direito Eleitoral.



Compliance na administração pública e segurança jurídica: um passo adiante

Em razão de acordos internacionais firmados e ratificados pelo Brasil, relacionados ao tema: combate à corrupção, foi aprovada a Lei nº 12.846/2013, denominada Lei Anticorrupção Empresarial, a qual tem como principal mérito conferir ao Poder Público instrumentos para responsabilizar as empresas privadas e seus representantes que, nos ajustes firmados com a Administração Pública, agirem em desconformidade com as normas vigentes, bem como buscar o ressarcimento do erário, em face de atos de corrupção e fraudes eventualmente praticados nessa relação.

Assim, considerando-se que os programas de COMPLIANCE, conforme positivado pela norma do artigo 7º, inciso VIII, da referida lei, constituem mecanismos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, no âmbito das corporações privadas, é primordial que Administração Pública, com amparo nos sistemas de controle interno e devidamente monitorada pelos órgãos de controle externo, incluindo a própria sociedade, ambos já previstos no orde-

namento jurídico pátrio, também estabeleça políticas e programas de integridade nos seus diversos órgãos e entidades, no cumprimento da sua missão de promover o interesse público, zelando para que os recursos arrecadados na sociedade, não sejam dilapidados por condutas corruptas, cumprindo assim os princípios constitucionais que devem pautar a atuação da administração pública “lato sensu”, plasmados nos artigos 37 e 70 da Constituição Federal, notadamente: moralidade, transparência e eficiência.

Anote-se que já existe um arcabouço jurídico em vigor, que traz os contornos da perspectiva do COMPLIANCE no âmbito da Administração Pública, valendo mencionar, neste passo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2001), a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a Lei do Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e o Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e suas Subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 13.303/2016), que determinam a efetiva aplica-

ção de medidas de COMPLIANCE para os diversos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública.

Nesse contexto, podemos vislumbrar que, no âmbito da administração pública, o programa de integridade, compreende “um conjunto de arranjos institucionais, regulamentações, instrumentos de gerenciamento e controle, além do fortalecimento de valores éticos com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a redução do risco de atitudes que violem os padrões e políticas formalmente estabelecidos. A gestão da integridade envolve a coordenação de atores e a utilização de instrumentos que perpassam diversas áreas de uma entidade pública, tais como Comissão de Ética, Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Recursos Humanos, Correção, Jurídico, Área Contábil, Controles Internos, Gestão de Documentos, etc.”

Além disso, e para ampliar o conjunto de diplomas normativos necessários para dar maior efetividade aos programas de integridade e, especialmente, restabelecer a segurança jurídica, encontra-se em

gestação, no Congresso Nacional, Projeto de Lei de autoria do Senador Antonio Anastasia, já aprovado no Senado Federal e, atualmente, em apreciação junto à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (PLS nº 7448/2017), assim ementado:

“Inclui no Decreto –Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.”

Projeto de Lei fincado na necessidade de se estabelecer “novas balizas interpretativas, processuais e de controle, a serem seguidas pela administração pública federal, estadual e municipal”, através da introdução, no ordenamento jurídico pátrio, de um conjunto de dispositivos que elevem “os níveis de segurança jurídica e de eficiência na criação e aplicação do direito público”. (PLS – JUSTIFICATIVA)

As medidas propostas no Projeto de Lei envolvem:

- a vedação de decisões “com base em valores jurídicos abstratos”;
- a motivação, princípio fundamental de suporte dos atos da administração que, finalmente, adquire contornos de norma expressa;
- a exigência de indicar, de modo expresse, as consequências jurídicas e administrativas dos atos invalidados, inclusive quanto às condições de regularização dos interesses envolvidos;
- a interpretação das normas sobre gestão pública, levando em consideração os obstáculos e dificuldades reais do gestor público, ou seja, as circunstâncias objetivas que limitaram ou condicionaram a ação do agente;
- as sanções aplicadas ao gestor deverão ser dosadas em função da

natureza e gravidade do ato infracional, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes e, também, os antecedentes do agente;

- as decisões que abrigarem interpretação ou orientação nova, sobre norma de conteúdo indeterminado, ficam sujeitas a um regime de transição, ou seja, terão eficácia contida;

- institui a Ação Declaratória de Validade do ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, com o mesmo rito processual da Ação Civil Pública, com eficácia “erga omnes” da sentença transitada em julgado;

- cria, através de certas regras, compromisso com os interessados, na expedição de licenças, após a realização de consulta pública, para eliminar “irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público” e,

- institui a compensação por benefícios indevidos ou prejuízos resultantes de conduta dos envolvidos.

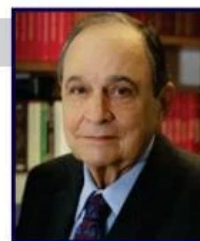
Ainda e pela relevância dos temas abordados, merecem menção especial os três últimos artigos do projeto: 28, 29 e 30.

O artigo 29 trata da responsabilização objetiva do agente público “por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”, enquanto que, no parágrafo 1º, caracteriza as situações de fato que podem afastar o “erro grosseiro”.

O assunto é polêmico e causa certa apreensão, quanto à situação fática que tenha força suficiente para caracterizar o erro grosseiro.

Além disso, o parágrafo 2º apresenta uma novidade que, apesar de meritória, a nosso sentir, hospeda forte suspeita de inconstitucionalidade.

O dispositivo em comento tem a seguinte dicção: “O agente público



Por Antônio Sérgio Baptista e Cristina Barbosa Rodrigues

que tiver de se defender, em qualquer esfera, por ato ou conduta no exercício regular de suas competências e em observância ao interesse geral terá direito ao apoio da entidade, inclusive nas despesas com a defesa.”.

Ora, não é difícil reconhecer que o comando plasmado no referido parágrafo invade a autonomia de auto organização, assegurada aos entes federativos pelo artigo 18, “caput”, da Constituição Federal criando, inclusive, despesa de caráter obrigatório. Trata-se, a toda evidência, de matéria de competência de Emenda Constitucional.

O artigo 29 volta a falar de consulta pública que poderá ser realizada nos casos que menciona.

A proposta é louvável, principalmente porque prestigia o princípio republicano da participação popular, plasmado no artigo de abertura da Constituição Federal.

Ao fim e cabo, pela feliz síntese do projeto, reproduzimos o artigo que encerra as inovações que serão, brevemente, introduzidas no arcabouço jurídico nacional:

“Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.”

Antônio Sérgio Baptista é advogado, especialista em Direito Público, presidente do Instituto Brasil-Cidade, diretor da ACTIO.

Cristina Barbosa Rodrigues é advogada, Mestre em Direito, Pós-Graduada em Direito Administrativo.



É melhor prevenir que remediar

O dito popular que defende a prevenção como melhor remédio tem tanta afinidade com o dia a dia da Administração Pública que, ousado afirmar, poderia ser tido como princípio implícito de nosso ordenamento constitucional.

Em outros termos, quando se trata da coisa pública o “errar é humano” não vale, não pode valer. E não porque o ser humano não possa errar, mas porque, direta ou indiretamente, o erro custa muito caro para a sociedade.

O contrato superfaturado, a obra mal feita ou inacabada e o serviço mal prestado constituem enorme desrespeito ao contribuinte. Além de causar grande prejuízo a toda coletividade, acaba sendo também os grandes responsáveis pelo sentimento de ausência do Estado.

Diversas são as demandas da sociedade e o Administrador, preso às limitações de um orçamento, ao eleger um determinado investimento como prioridade, naturalmente relega outros. Por isso, “cautela” e “planejamento” devem ser as palavras de ordem para o gasto público, sob todos os enfoques, especialmente nas contratações.

Tramita no Senado projeto de lei sobre alteração da Lei de Licitações e Contratos, com importantes modificações no procedimento para contratações públicas. A Lei 8666/93 representou, há 20 anos, grande avanço para o país, mas, de fato, precisa ser atualizada, incorporando as inovações trazidas pela Lei do Pregão, pela Lei do Regime Diferenciado de Contratações e também pelos importantes entendimentos jurisprudenciais trazidos pelas Cortes de Contas. E a discussão merece aplausos nesse sentido.

Preocupa-me, no entanto, a ino-

vação trazida pelo §3º do art. 93, que, em suma, impede os órgãos de controle de suspender licitações por inconformidades nos editais quando o licitante disponibilizar o Edital por período superior a noventa dias da abertura da sessão.

E preocupa-me não só porque tal dispositivo tenha sua constitucionalidade duvidosa face ao art. 71, incisos IX e X, da CF, que atribui aos órgãos de controle o poder/dever de determinar, a qualquer tempo, a imediata correção de ato aos ditames legais e determinar



sua sustação, quando for o caso; mas, principalmente, por abalar o poder cautelar das Cortes de Contas que, nas duas últimas décadas, tem se constituído num dos mais importantes mecanismos de controle do dinheiro público.

Não é demais alertar que a alteração pretendida, ainda que reflexivamente, afeta o controle popular dos atos públicos, já que os vícios existentes em Editais, na grande maioria das vezes, são apontados às Cortes de Contas pela própria sociedade.

Não se discute que a paralisação de uma licitação gera transtornos ao Administrador, atrasa investimentos, prejudica o planejamento, mexe com o orçamento etc., mas evitar que se concreti-

ze uma contratação irregular traz ganhos incontáveis ao erário público.

A matemática é simples: quantos gestores em suas Administrações conseguiram ressarcir os prejuízos de contratos considerados irregulares pelos Tribunais de Contas, por superfaturamento, deficiência na execução ou qualquer outra ilegalidade? A prática mostra que uma vez executado e pago o serviço “Inês é morta”, não se recupera todo o dinheiro público gasto irre-

gularmente. Ao contrário, o dispêndio público só aumenta: são abertos procedimentos de apuração interna de responsabilidades, inquéritos civis, ações civis públicas, enfim, movimenta-se ainda mais a máquina pública, e pouco, muito pouco, é recuperado.

A seriedade e relevância desse projeto, que se apresenta como aprimoramento das boas práticas administrativas, não se coaduna com disposições imediatistas que possam limitar o poder cautelar dos órgãos de controle. Uma democracia de verdade só é possível com Poderes autônomos e instituições fortes e independentes.

Ainda é tempo para que se fortaleça a atuação cautelar dos órgãos de controle, ou, pelo menos, que se não a enfraqueça. E, no processo de elaboração legislativa da matéria, ainda é momento de se prevenir, para depois não se ter que remediar.

Dimas Ramalho é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP).

“PIB Verde”: patrimônio ecológico do Brasil será calculado pelo IBGE

Por Wagner Martins M. da Silveira

O IBGE, órgão responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), passará a divulgar também o Produto Interno Verde (PIV), conhecido como “PIB Verde”. O projeto de lei, que tramitava no Legislativo desde 2015, foi sancionado pelo presidente da República. Trata-se de uma mudança com perspectiva de longo prazo e, por isso, aspectos como data de implementação e periodicidade de divulgação ainda não foram definidos.

A lei nº 13.493 determina que o patrimônio ecológico do país também tenha peso no Sistema de Contas Nacionais. Além disso, exige que a metodologia para o cálculo do PIB Verde seja amplamente discutida com a sociedade e as instituições públicas, incluindo o Con-

gresso Nacional, antes da criação de um sistema nacional de contas ambientais.

De acordo com o presidente do IBGE, Roberto Olinto Ramos, o PIB Verde terá uma função importante para o conhecimento da estrutura econômica do Brasil: “Ao incorporar o eixo ambiental no Sistema de Contas Nacionais, seremos capazes de analisar o impacto do crescimento econômico sobre nossos recursos naturais, o que nos permitirá traçar uma estratégia de desenvolvimento sustentável”, ressalta.

A divulgação do PIB Verde possibilitará a comparação das taxas econômicas ambientais brasileiras com as de outros países, especialmente com o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), elaborado pela Organização das Nações Unidas

(ONU). Esse índice, divulgado biennialmente, mostra que o PIB, isoladamente, é uma medida inadequada para avaliar prosperidade em longo prazo. Ao incluir aspectos como saúde, educação e meio ambiente em seus sistemas de contas, as nações estarão mais aptas em atrair o interesse das novas gerações para a temática da sustentabilidade.

Atualmente o IBGE divulga anualmente os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS). São 63 indicadores organizados em quatro dimensões (ambiental, social, econômica e institucional), segundo o marco ordenador do Livro Azul proposto em 2001 pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), das Nações Unidas.

No seu conjunto, o IDS é uma



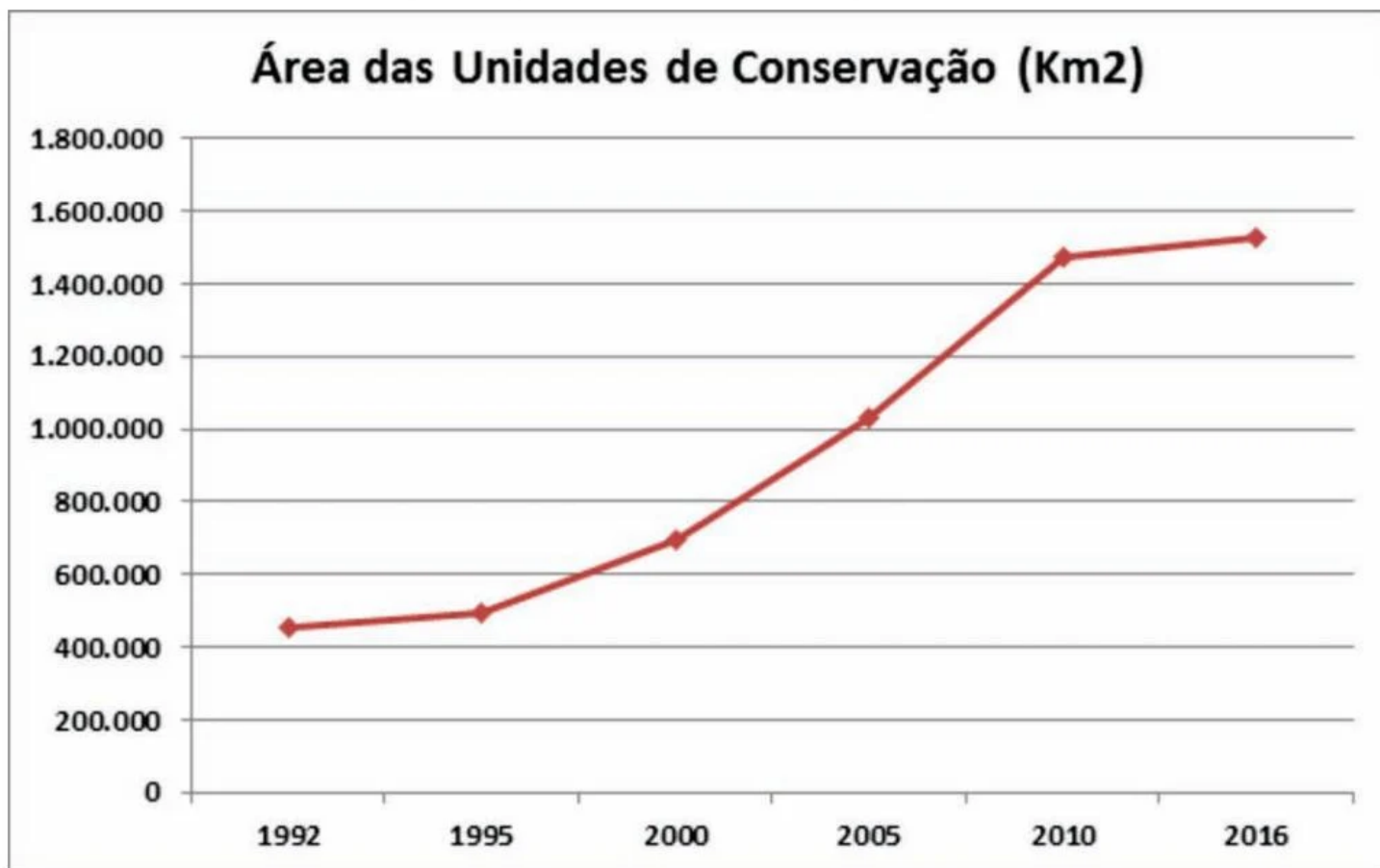
das mais importantes fontes de informações sistematizadas sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais do desenvolvimento brasileiro. Especialmente em relação às informações ambientais, se destaca como fonte organizada de dados, onde os mesmos podem ser analisados e relacionados entre si, e com dados sociais, econômicos e institucionais.

A dimensão ambiental trata dos fatores de pressão e impacto, e está relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais a qualidade de vida das gerações atuais e em benefício das gerações futuras. Estas questões aparecem organizadas nos temas atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento. A maioria destes temas reúne indicadores que

expressam pressões sobre o ambiente e envolvem questões pertinentes à política ambiental, além de terem forte influência na saúde e na qualidade de vida da população. A dimensão social corresponde, especialmente, aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e a justiça social. Os indicadores abrangem os temas população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança, e procuram retratar o nível educacional, a distribuição da renda, as questões ligadas à equidade e às condições de vida da população, apontando o sentido de sua evolução recente. A questão da equidade segue sendo tratada em indicadores de vários temas que, com a finalidade de explicitar as desigualdades, são desagregados segundo sexo e cor ou raça. A

dimensão econômica trata de questões relacionadas ao uso e esgotamento dos recursos naturais, da produção e gerenciamento de resíduos, uso de energia, e o desempenho macroeconômico e financeiro do País. É a dimensão que se ocupa da eficiência dos processos produtivos e das alterações nas estruturas de consumo orientadas a uma reprodução econômica sustentável de longo prazo. Os diferentes aspectos desta dimensão são organizados nos temas quadro econômico e padrões de produção e consumo. A dimensão institucional diz respeito à orientação política, capacidade e esforço despendido por governos e pela sociedade na implementação das mudanças requeridas para uma efetiva implementação do desenvolvimento sustentável.

O termo desenvolvimento sus-



Fontes: Ministério do Meio Ambiente / IBGE - (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação fev/2017)

tentável surgiu em 1980 e foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, que produziu um relatório considerado básico para a definição desta noção e dos princípios que lhe dão fundamento.

De acordo com o Relatório Brundtland - publicado em 1988 em português com o título *Nosso futuro comum – desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras, é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.*

O Relatório Brundtland obteve rápida e ampla repercussão internacional. Os princípios do desenvolvimento sustentável estiveram na base da Agenda 21, documento aprovado por mais de 180 países durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. As ideias ali contidas foram assimiladas pelas organizações do sistema das Nações Unidas e diversas organizações internacionais e foram progressivamente incorporadas às agendas de numerosos países.

Em setembro de 2015 nova Agenda universal entrou em vigor: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela Assembleia Geral da ONU. Compõe-se de princípios, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas integradas,



além de um conjunto de indicadores para seu acompanhamento.

Um dos desafios da construção do desenvolvimento sustentável é o de criar instrumentos de mensuração, tais como indicadores de desenvolvimento. Indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem. Indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo que apontam do que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto do que o exame individual de cada indicador.

No seu conjunto, o IDS é uma das mais importantes fontes de informações sistematizadas sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais do desenvolvimento brasileiro. Espe-

cialmente em relação às informações ambientais, o IDS se destaca como fonte organizada de dados, onde os mesmos podem ser analisados e relacionados entre si, e com dados sociais, econômicos e institucionais.

A presença do IDS na plataforma SIDRA consolida o papel dos indicadores desta publicação na avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro e fornece a pesquisadores e gestores públicos uma forma de acesso atualizada, rápida e democrática aos dados que permitem esta avaliação. Desta forma, o IBGE cumpre seu papel de retratar o Brasil, e fornecer meios para que a sociedade possa decidir os rumos que o desenvolvimento do país deve tomar.

Os dados disponibilizados no Banco de Dados SIDRA encontram-se organizados em dimensões, temas, indicadores e tabelas, e estão quase sempre disponíveis para os níveis Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Wagner Martins Magalhães da Silveira é coordenador de divulgação do IBGE.



Erosões:

Gestão e estabilização/recuperação

**Por Claudio Luiz Ridente Gomes e
Gerson Salviano de A. Filho**
Pesquisadores do IPT

O IPT, em parceria com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE realizou, em 2012, o cadastramento de pontos de erosão e inundação no Estado de São Paulo. Foram cadastrados 1.398 processos erosivos nas áreas urbanas de 326 municípios e 39.864 erosões em áreas rurais de 593 municípios do Estado. Nesse cadastramento, somente foram consideradas as erosões lineares do tipo ravina e boçoroca ou voçoroca (Figura 1, página 45).

Em relação ao cadastramento

das erosões urbanas, verificou-se que, dos 1.398 processos cadastrados, 949 foram classificados como boçorocas e 449 como ravinas. A predominância de boçorocas é indicio preocupante, uma vez que esse tipo de processo apresenta uma dinâmica de evolução mais intensa

e acelerada que as ravinas.

Observou-se que vários municípios possuem elevado número de erosões na sua área urbana. O cadastramento indicou que 27 municípios possuem 10 ou mais erosões urbanas, totalizando 45% do total cadastrado no Estado.

Número de Municípios	Número de Erosões
2	Entre 50 a 56
3	Entre 40 a 49
3	Entre 30 a 39
3	Entre 20 a 29
16	Entre 10 a 19

Tabela 1 – Número de municípios x Quantidade de erosões urbanas



Figura 1 – À esquerda erosão do tipo ravina (quando o processo não atinge o lençol freático). À direita, erosão do tipo boçoroca (quando o processo atinge o lençol freático).

Entre esses 27 municípios, a Tabela 1 apresenta a quantidade de municípios versus o número de erosões urbanas existentes.

Diante desse quadro, constatou-se que algumas erosões apresenta-

vam maior ou menor risco à infraestrutura urbana existente (moradias, prédios comerciais, viários, redes de água e esgoto, redes de energia e de telefonia entre outros). Verificou-se que na grande maioria

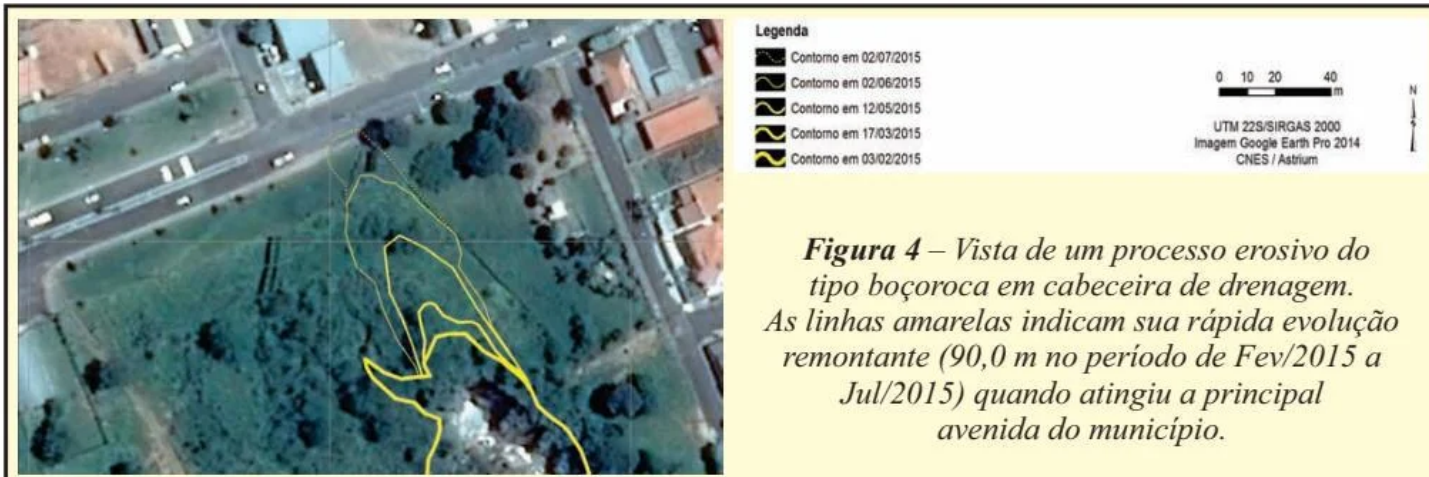
dos municípios não existia um planejamento no sentido de solucionar o problema de forma gradual, começando pelos processos erosivos que ofereciam maiores riscos ao meio urbano, evitando assim



Figura 2 – À esquerda erosão do tipo ravina, em Jan/2014 distante da infraestrutura urbana. À direita, a mesma erosão em Fev/2015 bem mais próxima da área urbana.



Figura 3 – À esquerda, a mesma erosão mencionada na Figura 2 em Set/2015, atingindo o sistema viário e a rede de abastecimento de água. À direita, a mesma erosão em Out/2015 destruindo a rede de águas pluviais.



situações como apresentadas nas Figs 2, 3, 4 e 5 que caracterizam a evolução remontante desses processos.

A partir dessas constatações, técnicos do Centro de Tecnologias Geoambientais – CTGeo, Seção de Investigações, Riscos e Desastres Naturais – Sirden, do IPT, elaboraram uma metodologia capaz de quantificar o grau de risco que as infraestruturas urbanas ou rurais estão submetidas a partir da reativação/evolução de um determinado processo erosivo. Para tanto, foram estabelecidos critérios geológico-geotécnicos, hidráulicos e antrópicos para determinar o grau de suscetibilidade para a reativação/evolução do processo e o grau de vulnerabilidade dos elementos sob risco.

A aplicação dessa metodologia,

principalmente nos municípios que possuem várias erosões urbanas é de fundamental importância, visto que permite, em função do grau de risco, estabelecer níveis de criticidade, apontando quais erosões oferecem Muito Alto, Alto, Médio ou Baixo grau de risco ao meio urbano. A metodologia é uma ferramenta fundamental para a gestão do controle e recuperação dos processos erosivos no Estado de São Paulo, permitindo assim, por meio de um planejamento estratégico, priorizar as ações para estabilizar ou recuperar esses processos e viabilizar a obtenção dos recursos necessários.

O IPT, além de aplicar a referida metodologia também executa projetos para a estabilização/ recuperação de processos erosivos urba-

nos e rurais, os quais são norteados por estudos hidrológicos e hidráulicos, pela caracterização geológico-geotécnica da área de estudo, pelo uso e ocupação do solo na bacia de contribuição e pela experiência da sua equipe técnica. A concepção final dos projetos é discutida com a Prefeitura tendo como principais enfoques o uso futuro que o município pretende destinar para a área afetada e a melhor relação custo/benefício.

A equipe técnica do IPT possui mais de 50 anos de experiência na elaboração de diagnósticos e projetos de estabilização/recuperação de processos erosivos lineares e está à disposição dos municípios interessados em exercer uma eficiente gestão do controle desses processos.



FUNDAÇÃO IVETE VARGAS

PESQUISA E EDUCAÇÃO POLÍTICA

A Fundação Ivete Vargas é um ente jurídico de direito privado, instituído pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. Embora seja um órgão partidário, a FIV se reserva o direito à isenção científica e à liberdade de expressão, estando aberta à participação de todas as correntes de pensamento. Entre os trabalhos já realizados, a Fundação tem a honra de apresentar suas cinco publicações. Para conferi-las na íntegra, acesse nosso site: www.fiv.org.br.

Getúlio Vargas: um legado político

Compreender Getúlio Dornelles Vargas é entender o Brasil dos séculos XIX e XX, que foi o protagonista essencial da inclusão de todas as classes na política brasileira. É com ele que a nação brasileira começa a se cristalizar e a se fortalecer. A partir do trabalho de Ramon Franco, a obra tem o objetivo de apresentar o legado de Vargas.



Candido Mariano da Silva Rondon: Relatório da Comissão

O Estado de Mato Grosso, ao longo de sua história, revelou nomes de grandes personagens, nas mais diversas áreas. Com isso, a Fundação observou a necessidade de reproduzir uma parte do trabalho de um talento mato-grossense posto a serviço das causas do povo brasileiro e da defesa do Estado.



Ações Sociais para a Terceira Idade no Rio de Janeiro

A publicação aborda alguns temas relacionados à experiência de vida e os avanços nas legislações sobre os idosos. Mostra as ações que foram implementadas na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SESQV), criada em 2009, a fim de promover o bem-estar dos idosos no município.



Mato Grosso, por Rai Reis

Na obra Mato Grosso, o fotógrafo Rai Reis brinda-nos com imagens que pincelam artisticamente aspectos naturais e culturais deste Estado rico em biodiversidade. Rai Reis aprecia registrar a rica tradição cultural mato-grossense, pois alguns aspectos vêm se alterando e mesmo tendendo ao desaparecimento nos núcleos mais urbanizados.



O Brasil pelos Brasileiros: Relatórios Científicos da Comissão Rondon

O trabalho apresenta os relatórios científicos elaborados pela Comissão Rondon, com a reprodução dos grandes trabalhos científicos realizados pela Comissão nas mais diferentes áreas do conhecimento, tais como Botânica, Zoologia, Etnografia, Linguística, Geologia, Medicina, entre tantas outras.



FUNDAÇÃO
IVETE VARGAS
www.fiv.org.br

📍 SCLN 303, Bloco C, sala 205 - Asa Norte, Brasília, DF

✉ contato@fiv.org.br

☎ 61 33261648

f /fivetevargas

t @fivetevargas



Movimento das Mulheres Municipalistas

Com brilhantismo foi realizada a primeira reunião ampliada do MMM, na sede da Confederação Nacional dos Municípios, em Brasília. O MMM é coordenado pela Sra Tânia Ziulkoski, fundadora, como Dalva Cristofolletti, contando com ilustres presenças como a ministra Fátima Pelaes, da prefeita Daniela de Cássia e da coordenadora Nacional da LIBRA, Marta Livia Suplicy. Temas tratados: Outubro Rosa, Dia Internacional da Não-Violência Contra as Mulheres e os 16 Dias de Ativismo (tema apresentado por Nadine Gasman da ONU Mulheres).

Recuperação de agressores agora é obrigatória

A TV Cultura apresentou matéria sobre a violência contra a mulher, citando informação do Conselho Nacional de Justiça de que em 2016 houve 1,2 milhão de processos, sendo 13 mil feminicídios. A promotora de Justiça Gabriela Mansur desenvolve o Projeto “Tempo de Despertar” em dois bairros de São Paulo; uma equipe multidisciplinar orienta agressores para a gravidade de seus atos, buscando sua recuperação. Por isso, a vereadora Adriana Ramalho obteve importante vitória com a aprovação de seu projeto de lei tornando o programa obrigatório em todo o município.

Prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras paulistas

Levantamento feito pela APM mostra que há, no Estado de São Paulo, 67 prefeitas, 89 vice-prefeitas e 854 vereadoras. Gostaria de receber informações sobre trabalhos que façam a diferença para suas comunidades e para as mulheres. Meu e-mail: marilene-mariottoni@uol.com.br

Inauguração da nova sede da APM

Muitas pessoas participaram da inauguração da nova sede da APM, dia 26 de outubro, e foram cumprimentar o presidente Carlos Cruz, o vice-presidente Marcelo Barbieri e demais diretores e conselheiros. Entre as mulheres presentes: senadora Marta, Marlene Campos Machado (PTB Mulher), deputada Célia Leão, prefeitas Tamiko Inoue (Andradina), Liliana Bechara (Araçatuba), Ana Maria Serafim (Arco Íris), Rute Lima (Caiuá), Simone dos Santos (Itapetininga), Lucilene Marsola (Macedônia), Daniela Santos Brito (Monteiro Lobato), Terezinha Servidoni (Rincão), Fabiana Ferreira (Riolândia), Luciana Rodrigues (São João de Iracema) e Maria Felicidade Arroyo (Tabapuã), vice-prefeitas Laís Helena Aloise (Valinhos) e Edna Flor (Araçatuba), vereadoras Sônia Beolchi (presidente da Câmara de Ibirá), Nanci Zanato (presidente da Câmara de Ilha Bela), Ana Maria Caputti (Agudos) e Aline Sartori (Ibatinga), ex-vereadoras Danielle Soares Lohn (Eldorado) e Terezinha Pedrosa (São João da Boa Vista), Marli Vettoretti (Adesg), Raquel Alesandri (Mulheres da Verdade), Maria Tereza Cabral (OAB-subseção Pinheiros), Marta Livia Suplicy (Libra) e Dalva Cristofolletti (Ceame).

Criança Feliz em Campos do Jordão

A presidente do Fundo Social de Solidariedade de Campos do Jordão, Juliana Cintra, organizou o evento “Criança Feliz”, tradicional e feito há anos, idealizado por ela e sua equipe, com grande sucesso de público e de atividades importantes para as crianças e seus familiares. Aliás, a atuante Juliana tem feito um grande trabalho ao lado do prefeito Fred Guidoni, conselheiro da APM.

Homenagem do SPWClub

Agradeço à diretoria do São Paulo Woman's Club (SPWClub) pela homenagem como uma das sete personalidades de 2017, especialmente à presidente Romilda Venturini Tucci e à vice-presidente Orchidéa Ap. Marchezani Corccioli (Presidente da Confederação de Woman's Clubs do Brasil). O SPWClub é uma das entidades mais tradicionais e atuantes de São Paulo.

Soroptimist tem nova Diretoria

Desde setembro, o Clube Soroptimista Internacional de São Paulo tem nova presidente, a pianista internacional Enny da Rocha que substitui Célia Guimarães Helene.

Felicitações pela nossa coluna

Muitos foram os telefonemas e as manifestações sobre esta coluna, sendo que quero agradecer as gentis palavras da Dra. Francy Patrício, conselheira da Associação das Mulheres Médicas do Brasil, no e-mail que enviou: “Meus parabéns por essa excelente matéria que destaca o trabalho de entidades femininas e de mulheres em diversas atividades, trabalho este que se amplia cada vez mais nos dias atuais. Você mesma, Dra. Marilene, é um ótimo exemplo de mulher lutadora e vitoriosa.”

Marilene Mariottoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemariottoni@uol.com.br

Municípios aniversariantes



Outubro

Dia 03 - Magda - 64 anos



Os desbravadores das terras que formaram a cidade de Magda deram início à plantação de lavoura nas proximidades do rio São José dos Dourados, por volta de 1925. Após a chegada de outros agricultores, o povoado foi instalado, com a doação de terras para a constituição de um patrimônio feita pelo coronel João Braga. Em 30 de novembro de 1944 tornou-se distrito de Nhandeara. O desenvolvimento considerável da lavoura permitiu sua elevação a município em 30 de dezembro de 1953. Magda tem 3.500 habitantes.

Dia 10 - Cerqueira César - 100 anos



Cerqueira César é uma das raras cidades que não nasceram ao redor de uma capela, mas graças à chegada da Estrada de Ferro Sorocabana. Isso foi no início de novembro de 1896. Só havia plantas nativas do cerrado paulista e animais, além de duas etnias de índios, os Caiuás e os Botocudos. Para o alojamento dos ferroviários foram construídos três pequenos ranchos de madeira e por essa razão os ferroviários deram o nome de Três Ranchos. Esse é o começo da história da cidade que hoje tem 20 mil habitantes.

Dia 02 - Cruzeiro
Dia 03 - Rubinéia
Dia 04 - Rinópolis

Dia 10 - Laranjal Paulista - 100 anos



Em 1884, seguindo o traçado da Estrada de Ferro Sorocabana e a ela se antecipando, aqui chegava Delfino de Mello. Como visionário, adquiriu considerável gleba de terra e, para explorar comercialmente, construiu uma casa de pensão para abrigar os trabalhadores da Ferrovia. Em curto espaço de tempo o local despertou o interesse de famílias da região, dando início ao núcleo urbano. Publicada a 10 de outubro de 1917, a Lei Estadual 1.555 criou o Município de Laranjal Paulista, que hoje tem 30 mil habitantes.

Dia 12 - Guaraçai - 69 anos



Guaraçai foi inicialmente habitada pelo capitão João Machado de Souza e sua família. Com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1936, o povoado se desenvolveu e foi elevado à categoria de distrito do município de Andradina, em 30 de novembro de 1938. O nome Guaraçai vem do tupi e quer dizer Sol. É a cidade paulista capital do abacaxi, com excelente produção. Tornou-se município, posteriormente, em 24 de dezembro de 1948, mas a comemoração é em 12 de outubro. Guaraçai tem 10 mil habitantes.

Dia 09 - Bernardino de Campos
Dia 10 - Cosmorama
Dia 11 - Pariquera-Açu



Dia 12 - Júlio Mesquita
Dia 12 - Lavínia
Dia 12 - Presidente Bernardes
Dia 12 - Três Fronteiras
Dia 12 - Tupã
Dia 13 - Porto Feliz
Dia 14 - Ferraz de Vasconcelos
Dia 15 - Ilha Solteira
Dia 18 - Pontal
Dia 19 - Dolcinópolis
Dia 19 - Igarapu do Tietê



Dia 20 - Itápolis - 155 anos

Itápolis (Cidade das Pedras) está situada no centro geográfico de São Paulo, produzindo um PIB anual da ordem de R\$ 690 milhões. Tem sua economia centrada na agricultura, com mais de 2 mil pequenas propriedades rurais, espalhadas pelos 996 km² de sua extensão territorial. Itápolis tem a peculiaridade de concentrar uma intensa economia de pequenos produtores: mais de 70% das propriedades rurais do município tem até 50 hectares, uma espécie de reforma agrária natural. A cidade conta hoje com 45 mil habitantes.



Dia 20 - Tarumã - 24 anos

Tarumã, cujo nome no vocabulário tupi-guarani designa uma árvore silvestre medicinal, foi fundado em 20 de outubro de 1927, alcançando sua emancipação em 1993. Apaixonado por festas, o município se destaca pela qualidade na organização dos seus inúmeros eventos. Com um calendário turístico e cultural elaborado para atender todos os públicos, realiza mais de 60 eventos por ano, entre as quais a Festa do Tropeiro, festa da Folia de Reis, Festa Junina, e outras atrações. Tarumã tem 15 mil habitantes.

Dia 20 - Nova Guataporanga
Dia 20 - Ribeira
Dia 20 - Mogi Mirim
Dia 24 - Itapira
Dia 24 - Timburi
Dia 25 - Flórida Paulista
Dia 25 - Penápolis
Dia 26 - Cândido Mota
Dia 27 - Bom Sucesso de Itararé



Dia 25 - Casa Branca - 203 anos

Registros históricos de Casa Branca, como povoação, aparecem no fim do século XVIII, por causa de uma pequena “casa caiada” ao lado do pouso de tropeiros que iam para Minas e Goiás. Era a pousada onde Nazaré, seu proprietário, hospedava os tropeiros que percorriam a “estrada real”. A vocação de Casa Branca como ponto de convergência de caminhos se confirmou com a construção da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, na sua bifurcação da linha tronco com ramal para Minas Gerais. Casa Branca tem 30 mil habitantes.



Dia 27 - Holambra - 26 anos

Holambra começou com a chegada de imigrantes holandeses em 5 de junho de 1948 e seu nome é a mescla de Holanda+América+Brasil. Ocupando uma área entre os municípios de Jaguariúna, Cosmópolis, Artur Nogueira e Santo Antonio de Posse, plantaram várias culturas, mas somente com a chegada de sementes de gladiolos entre 1958 e 1965 e, com elas, muitos outros imigrantes holandeses, as flores passaram a marcar a história da cidade. Holambra tornou-se município em 30 de dezembro de 1991. População: 15 mil habitantes.

Dia 27 - Taquarivaí - 26 anos



A cidade de Taquarivaí foi criada em 30 de dezembro de 1991 e antes, era distrito de Itapeva. Mas voltemos ao passado. Ano de 1769, em 20 de setembro, uma nova vila era fundada: a Vila da Faxina. Naquela época a região que abriga o hoje município achava-se despovoada. A ordem era colonizar e espalhar o poderio de Portugal aos quatro ventos do Brasil e por ordem de D. Maria I, rainha de Portugal, várias vilas deveriam ser fundadas. Taquarivaí foi uma delas e assim começa sua história. População de 5.700 habitantes.

Dia 27 - Ilha Comprida

Dia 27 - Macedônia

Dia 27 - Mairinque

Dia 27 - Marapoama

Dia 27 - Santa Maria da Serra

Dia 27 - Torre de Pedra

Dia 28 - Sandovalina

Dia 28 - São Simão

Dia 28 - Ubatuba

Dia 28 - Novo Horizonte - 100 anos



Joaquim Ricardo da Silva, em 7 de setembro de 1895, cumprindo promessa, ergueu uma capela em louvor a São José, na margem do córrego da Estiva. Outras pessoas doaram terras para constituírem o patrimônio de São José da Trindade, alterado para São José da Estiva, em 1896. No ano seguinte, foi sugerido o nome de Novo Horizonte para a povoação, por causa da semelhança com a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. O local escolhido para implantação do núcleo reunia abundância de água e terras férteis. População: 40 mil habitantes.

Dia 31 - Pedreira - 121 anos



Em 1885, o coronel João Pedro de Godoy Moreira, proprietário de grandes terras às margens do Rio Jaguari, promoveu arruamento e loteamento de parte de suas terras para formação do povoado. Como tinha vários filhos com nome de Pedro, o lugar ficou conhecido por Pedreira. A construção do ramal de Amparo, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, propiciou rápido povoamento. Hoje Pedreira é a Capital da Porcelana, com dezenas de empresas produzindo excelentes produtos. População: 46 mil habitantes.

Novembro

Dia 01 - Itatiba

Dia 01 - Taciba

Dia 03 - Gabriel Monteiro

Dia 04 - São Sebastião da Gramma

Dia 05 - Guataporã

Dia 05 - Itapetininga

Dia 04 - São Carlos - 160 anos



A história de São Carlos começa em 1831, com a demarcação da Sesmaria do Pinhal. Na data da fundação, 4 de novembro de 1857, a povoação era composta por algumas pequenas casas ao redor da capela e seus moradores eram, em sua maior parte, herdeiros da família Arruda Botelho. Na segunda metade do século XX, a cidade recebeu um grande impulso para o seu desenvolvimento tecnológico com a implantação da Escola de Engenharia de São Carlos (USP) e, depois, com a Universidade Federal de São Carlos. População: 246 mil habitantes.



Dia 05 - Espírito Santo do Turvo - 27 anos



A região que corresponde hoje ao vale dos rios Pardo e Turvo começou a ser colonizada por criadores de gado vindos de Itapetininga e Botucatu no início do século XIX. A freguesia de Espírito Santo do Turvo foi criada em terras de Lençóis Paulista em 1878. Em 21 de maio de 1934, passou a distrito incorporado a Santa Cruz do Rio Pardo, alterando sua denominação para Rio Turvo. Voltou a ser chamada de Espírito Santo do Turvo em 30 de dezembro de 1953 e, em 1990, foi elevada a município. População: 4.800 habitantes.

Dia 05 – Pilar do Sul

Dia 05 – Rosana

Dia 08 – Guaimbê

Dia 08 – Piacatu

Dia 14 – Lorena

Dia 17 – Bálamo



Dia 14 - Santana do Parnaíba - 437 anos

Santana de Parnaíba nasceu às margens do rio Tietê, durante a administração de Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil. O primeiro a se instalar na região foi o português Manuel Fernandes Ramos, participante de expedição realizada em 1561 – no sentido Rio Tietê abaixo –, em busca de ouro e metais preciosos. Estabeleceu-se no povoado, construindo uma fazenda e uma capela em louvor a Santo Antônio. Em 1580, ergue-se uma nova capela, desta vez em honra de Sant'Ana. O município tem 132 mil habitantes.

Dia 14 - Serra Azul - 90 anos



O patrimônio do Divino Espírito Santo de Serra Azul nasceu em 1878, quando em 29 de abril, foi lavrada escritura pelo Major Manoel Jacinto do Nascimento, de doação de terras em torno de uma pequena capela. Em 8 de outubro de 1894, à gleba inicial, somaram-se várias outras doações, totalizando 662,45 hectares. O topônimo Serra Azul decorre do contorno azulado de elevações serranas vistas no horizonte, correspondentes à Serra de Batatais e escarpas a noroeste da Mantiqueira. Serra Azul tem 14 mil habitantes.

Dia 16 - Águas de Lindóia - 49 anos



Águas de Lindóia surgiu da aventura de um jovem médico italiano, o Dr. Francisco Tozzi, secretário da Saúde de Milão, que aceitou o convite de um amigo italiano, pároco de Socorro, para morar no Brasil e prestar assistência médica. O Dr. Tozzi chegou em 1900 e em 1909, soube da história de um padre da cidade de Lyndóia, que havia sido curado de um eczema de pele utilizando as águas que jorravam a 28 graus de um morro denominado 'Águas Quentes'. Esse é o começo da história de Águas de Lindóia, que tem 18.500 habitantes.

Dia 19 – Itaoca

Dia 19 – Santo Anastácio

Dia 20 – Auriflama

Dia 21 – Nazaré Paulista

Dia 22 – Álvaro de Carvalho

Dia 22 – Monte Castelo

Dia 26 – Tremembé



Dia 27 - Tabapuã - 98 anos

No fim do século XIX, quando Dom Pedro II e suas tropas passaram com destino ao porto do Taboado, formou-se às margens do Rio Limeira um agrupamento de casebres, que recebeu o nome de Rancharia. Mais tarde, esse agrupamento transferiu-se para as margens da Estrada do Taboado. João Maurício é considerado o fundador do município de Tabapuã. Tempos depois, o povoado de Rancharia foi elevado a distrito de Paz com o nome de Tabapuã (do Tupi Guarani: Taba - casa; pua - reunião). O município tem 12.300 habitantes.



Dia 29 - Promissão - 94 anos

Os primeiros povoadores da região entre os rios Tietê, Feio e Dourado, onde mais tarde a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil lançou os seus trilhos em direção ao oeste, foram os foragidos da revolução de 1842, mineiros das famílias dos Castilhos, Ferreiras e Goularts, que deixaram seus nomes ligados a inúmeras cidades paulistas. As únicas vias de comunicação eram os cursos fluviais, que facilitaram o estabelecimento dos colonizadores em terras antes ocupadas pelos índios coroados e caingangas. Promissão tem 40 mil habitantes.

- Dia 27 - Vargem Grande Paulista**
- Dia 28 - Franca**
- Dia 29 - Mirante do Paranapanema**
- Dia 30 - Adolfo**
- Dia 30 - Alvares Machado**
- Dia 30 - Cosmópolis**
- Dia 30 - Echaporã**
- Dia 30 - Franco da Rocha**
- Dia 30 - Guapiaçu**
- Dia 30 - Guaraci**
- Dia 30 - Guarantã**
- Dia 30 - Herculândia**



Dia 30 - Elias Fausto - 127 anos

Junto a um pequeno povoado existente na margem do Ribeirão Carneiro, fundado pelas famílias Almeida Leite e Leite de Oliveira, em 1875 a antiga Estrada de Ferro Sorocaba instalou uma estação com o nome de Monte Mor, no município do mesmo nome. No entanto, em 1890 a ferrovia alterou o nome dessa estação em homenagem a seu engenheiro e superintendente, Elias Fausto, evitando assim confusões com a sede do município de Monte Mor. Assim começou a história do município, que hoje tem cerca de 17.300 habitantes.



Dia 30 - Irapuã - 87 anos

Em 1875, as famílias de Hipólito José Godoy e Luiz Marques iniciaram o cultivo de diversos cereais e, visando a formação de um povoado, doaram à Paróquia uma gleba para instalação do patrimônio de N. Sra do Carmo. No início do século XX, chegaram novos povoadores, por volta de 1926, quando o café passou a ser cultivado em larga escala. A atividade se destacou e desenvolveu-se o povoado, onde foi criado, em 1930, o Distrito de Paz de Irapuã. O nome deve-se à grande quantidade dessas abelhas na região. Irapuã tem 7.900 habitantes.

- Dia 30 - Ibirarema**
- Dia 30 - Lutécia**
- Dia 30 - Manduri**
- Dia 30 - Miracatu**
- Dia 30 - Nova Aliança**
- Dia 30 - Oriente**
- Dia 30 - Paulo de Faria**
- Dia 30 - Quintana**
- Dia 30 - Registro**
- Dia 30 - Sales**



O italiano que mudou de rumo

Quando os pães chegavam à mesa, explodiam luminosidades de festa. Vinham num cesto de vime, eram pouco mais compridos que o pãozinho francês de hoje, sem lanhos na casca, lisa, pontuda nas extremidades com pequenos queimadinhos que remetiam ao crocante. O êxtase de mastigar aquilo, com a manteiga a derreter sobre a massa, só depois que cresci me levou à curiosidade de querer saber quem era Capella. Nada mais que o padeiro que operava a alquimia da maravilha na pequena padaria dentro da própria casa em que morava, no alto da ladeira sobre o rio Tocantins em Mocajuba, mínima cidadezinha paraense na Amazônia profunda, cercada pela floresta.

Outra curiosidade que o homem me despertou foi o fato de ter vindo da Itália para uma vila de uns 1.000 habitantes; apenas três ruas paralelas à margem do curso d'água e quatro ou cinco transversais. Afinal, de estrangeiros o local abrigava somente portugueses, mais uma ordem de padres holandeses que usavam batinas brancas. E acabou sendo fatal quando, por ter ido estudar na capital e só voltando à Mocajuba nas férias, acabei tendo forte curiosidade em saber como aquele único italiano fora parar ali, tão longe dos ruídos do mundo.

Na primeira vez que o vi de perto me espantei com seu tamanho, enorme, nunca menos de 1,90. Jamais tentei falar-lhe porque, nos tempos d'outora, jovens não tinham muito acesso aos mais velhos. Mas fui captando informações. Como a de que dona Maria, a esposa, muito branca e ainda bonita na idade madura, era filha de um comerciante português rico que possuía seringais na outra margem do rio imenso. E nada mais, além de me deliciar com o fantástico "pão do Capella". Que continuei a

prazerosamente consumir nas minhas cada vez mais espaçadas idas à cidadezinha.

Até que um dia, quase final dos anos 50 quando faltava pouco para vir fazer o Curso de Jornalismo em São Paulo, consegui conversar rapidamente com o magnífico padeiro. A pergunta fundamental, de como ele fora parar em Mocajuba, contudo, não fiz. Fiquei, porém, sabendo que nascera em Cortona, na Toscana, e que chegara ao Brasil nos primeiros anos do século passado.

Como se isso fosse um filme, façamos um corte, comigo, no final dos anos 60 trabalhando no jornal O Globo, no Rio. Onde recebi a incumbência de ir fazer matéria em Florença, na Itália. Lá chegando, ao levantar dados para a reportagem, fui informado que certos documentos de que precisava estavam com um professor residente em Cortona, no interior da Toscana. "Santo Deus – pensei imediatamente – é a terra de Capella, o padeiro de Mocajuba". Assim foi que, numa doceria na cidadezinha que devia ter menos de 10.000 habitantes então, avistei uns potes de compotas. Falei para a vendedora que levaria para um nativo local que vivia no Brasil e ela me disse: "Então prefira esta, que tem sabor da 'Riccianelli', um dos doces mais tradicionais da Toscana". Comprei.

Na verdade aquele petisco guardado na minha mala passou a ter quase tanta importância quanto a reportagem que fora fazer. De volta, entrando em férias no mês seguinte, tomei o rumo de Mocajuba aonde já não ia há muitos anos.

Desci do navio-gaiola e avistei, sob os galhos das mangueiras centenárias, a casa de Capella. Parti direto para lá, onde fui atendido por uma senhora bastante idosa, na qual reco-

nheci a dona Maria dos velhos tempos. No que lhe disse, pegando o vidro com a compota, o que me levaria ali, ela respondeu, chorando, que o marido morrera meses antes.

Mas, durante o cafezinho, pude, finalmente, perguntar como é que Capella, num Estado brasileiro onde a colônia italiana era pequena, foi parar no lugarejo perdido no meio da selva. E ela me contou. Na verdade o imigrante Giancarlo Capella, nos primeiros anos do século XX, buscava São Paulo. Por conveniências de embarque resolveu pegar o navio em Lisboa onde um português, que também emigrava, perguntou se ele não queria conhecer antes a floresta amazônica, a partir de Belém do Pará. O italiano topou, pretendendo, depois, seguir para a cidade de Santos.

Desta forma acabou indo a Mocajuba, levado pelo luso chamado por parentes que lá trabalhavam com borraça e cacau. Rodou por ali uns dias e, na véspera de regressar à Belém para tomar o rumo de São Paulo, conheceu linda mocinha chamada Maria, filha de próspero seringalista luso. Houve encanto mútuo.

Nesta instante da narrativa a viúva de Capella me pediu para esperar; queria me mostrar algo. Voltou com uma foto dela, meio amarelecida pelo tempo. Ao me entregar, murmurou: "Quando casamos meu marido fez esta fotografia, que os padres holandeses da nossa paróquia revelaram".

Olhei e vi uma jovem fantasticamente bonita, deslumbrante. Torno a mirar dona Maria, ao vivo, e percebo que seus olhos mantinham brilho profundo. Claros, diamantes; e azuis, como dois pingos daquele céu de julho no verão amazônico. Capella não poderia mesmo, depois de conhece-la, ir para nenhum outro lugar... Tiveram doze filhos.

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS QUE POSSIBILITARAM O NOVO ESPAÇO:



gabriel1@dunelli.com.br - gabriel@dunelli.com.br - www.dunelli.com.br

CASACOR

casacordigital@abril.com.br - <https://casacor.abril.com.br>



contato@patriciahagobian.com.br - www.patriciahagobian.com



**Braga Nascimento
e Zilio** ADVOGADOS ASSOCIADOS

braga@bnz.com.br - www.braganascimento.com.br

(11) 2165-9999 - apaulista@apaulista.org.br - www.apaulista.org.br



A Associação Paulista de Municípios - APM - está em novo endereço, na Rua Araçari, 125, Itaim Bibi. Passa a se chamar "CASA DOS MUNICÍPIOS", espaço que pretende ser democrático, para que Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores de todo o Estado, e também de outros Estados, a tenham como ponto de referência quando de suas estadas em nossa Capital.

"HAPPY HOUR" DO MUNICIPALISMO

Todas as quartas-feiras, a partir das 17 horas, a "CASA DOS MUNICÍPIOS" receberá os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e demais agentes públicos municipais que estejam na Capital para um final de dia agradável, descontraído e de troca de experiências e informações.

CNM - Confederação Nacional de Municípios

A "Casa dos Municípios" será também a subsede da CNM em São Paulo, o que aperfeiçoará nosso engajamento à agenda nacional defendida por ela, como também possibilitará aos Municipalistas de outros Estados usufruírem de nossas instalações quando estiverem em São Paulo.

TVAPM E TV MUNICIPALISTA

Na "CASA DOS MUNICÍPIOS" estará instalado o estúdio da TVAPM e da TV MUNICIPALISTA, que se caracterizam como veículos de comunicação de nossas bandeiras, integrando e divulgando as iniciativas dos municípios. Nossas Prefeituras e Câmaras Municipais poderão utilizá-las para divulgarem seus projetos, atividades e ações.

**ONDE
ESTAMOS**

Rua Araçari, 125 - Itaim Bibi - São Paulo - SP
Cep: 01453-020 - Fone: (11) 2165-9999
www.apaulista.org.br - apaulista@apaulista.org.br

